



Joaquim Ernesto Palhares (org.)

A Internacional do Capital Financeiro

Alejandro Nadal
Antonio Lassance
Cândido Grzybowski
Joaquim Ernesto Palhares
Jorge Marchini
José Félix Rivas Alvarado
José Luís Fiori
Ladislau Dowbor
Luiz Gonzaga Belluzzo
Marcio Pochmann
Mario E. Burkun
Mauricio de Souza Sabadini
Mônica Peralta Ramos
Paulo Kliass
Paulo Nakatani
Rodrigo Alves Teixeira
Rosa Maria Marques
Sebastião Velasco e Cruz
Tarso Genro

São Paulo, 2014

Carta  Maior

 FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**





FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Iliada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Capa e projeto gráfico: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Diagramação: Márcia Helena Ramos

A arte da capa faz referência ao cartaz do Fórum Social de Gênova, de 2001.

Este livro obedece às regras do Novo Acordo da Língua Portuguesa.

Todos os direitos reservados à Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234, Cep: 04117-091 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 5571-4299 - Fax: (11) 5573-3338
www.fpabramo.org.br - editora@fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Carta Maior

Av. Paulista, 726 - 15º andar

Fone: (11) 3142-8837

www.cartamaior.com.br

Diretor geral: Joaquim Ernesto Palhares

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

Av. Paulista, 2011 - 13º andar,

conj. 1313 - Cep: 01311-931

São Paulo - SP - Brasil

www.fes.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P161c Palhares, Joaquim Ernesto (org.).
A internacional do Capital Financeiro / Joaquim Ernesto Palhares. – São
Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

120 p. ; 21 cm.

ISBN 978-85-7643-258-7

1. Capital financeiro. 2. Capitalismo - Crise. 3. Democracia. 4. Países do
Brics. 5. Crise econômica. 6. Finanças internacionais. 7. Eleições. I. Título.

CDU 330.342.14

CDD 330.122

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)





“O capitalismo financeiro é economicamente improdutivo (não cria riqueza de verdade), socialmente parasitário (vive das receitas produzidas por outros setores da economia) e politicamente antidemocrático (restringe a distribuição da riqueza, cria desigualdades imensas e luta por privilégios).

(Os Bancos) “deveriam voltar a fazer o que faziam quando foram criados: oferecer um local seguro para as poupanças e capital a negócios que pretendem se desenvolver.”

C. J. Plychroniou, Truthout, 12/09/2014.

“Finance capitalism is economically unproductive (it does not create true wealth), socially parasitic (it lives off the revenues produced by other sectors of the economy), and politically antidemocratic (it restricts the distribution of wealth, creates unparalleled inequality and fights for exclusive privileges).

(Banks) “should return to doing what they were created to do in the first place: offer a safe environment for people’s savings and provide capital to businesses for development purposes.”

C. J. Plychroniou, Truthout, 12/09/2014.

“El capitalismo financiero es económicamente improductivo (no crea riqueza verdadera), parasitario (vive de los ingresos producidos por otros sectores de la economía), y políticamente antidemocrático (restringe la distribución de la riqueza, crea inmensa desigualdad y lucha por privilegios).

(Los Bancos) “deberían volver a hacer lo que estaban haciendo cuando fueron creados: proporcionar un lugar seguro para los ahorros y capital para las empresas que desean crecer.”

C. J. Plychroniou, Truthout, 12/09/2014.







SUMÁRIO

- 7** **Prefácio**
Joaquim Ernesto Palhares
- 11** **A Internacional do Capital Financeiro**
Tarso Genro
- 17** **A dominação financeira e suas contradições**
Marcio Pochmann
- 27** **Brics: a busca por um novo paradigma financeiro**
Mario E. Burkun
- 31** **Abutres e tubarões rondam a integração regional**
José Félix Rivas Alvarado
- 39** **Como pensa a elite brasileira**
Antonio Lassance
- 43** **Os Brics e a fábrica de mitos neoliberal**
Alejandro Nadal
- 47** **A Argentina, a crise do capitalismo e o nó górdio**
Mônica Peralta Ramos
- 53** **O debate sobre a financeirização da economia**
Ladislau Dowbor
- 61** **Quais são agora as alternativas para a Argentina?**
Jorge Marchini
- 67** **O dinheiro e a financeirização da economia mundial**
Paulo Nakatani
- 73** **O poder e a finança internacional**
José Luís Fiori
- 77** **Ainda sobre o poder do financismo**
Paulo Kliass





- 81** Sob o tacão de ferro do capital financeiro
Rosa Maria Marques
- 87** O Império (da alta finança) contra-ataca
Sebastião Velasco e Cruz
- 93** O capital financeiro e a economia brasileira
Mauricio de Souza Sabadini
- 99** Rentismo, fissuras no bloco no poder e as eleições
Rodrigo Alves Teixeira
- 107** Os tentáculos invisíveis do capital financeiro
Cândido Grzybowski
- 113** A dinâmica financeira da era neoliberal
Luiz Gonzaga Belluzzo





PREFÁCIO

A hipertrofia do poder financeiro constitui um dos problemas mais graves do desenvolvimento em nosso tempo, mas também uma das principais ameaças à democracia no século XXI.

O movimento estrutural de expansão do capital financeiro, cuja dinâmica determinou a crise mundial de 2008, impõe dramáticos constrangimentos à soberania da sociedade impedindo-a de planejar seu destino e o destino do seu desenvolvimento.

As urnas votam, mas os mercados vetam.

Não há economicismo nessa constatação.

A política contribuiu de maneira insofismável para o modo como essa lógica se impôs, a velocidade com que ela se consolidou, a virulência de sua hegemonia e a brutal agonia da decadência atual.

Vivemos há seis anos o maior colapso do capitalismo desde 1929, obra-prima do credo no Estado mínimo, associada à delegação suicida do destino das nações aos mercados 'autorreguláveis'.

A natureza estrutural da desordem financeira não cederá tão cedo, nem tão facilmente.

A consciência dessa travessia histórica é um dado fundamental da ação política em nosso tempo.

A espoleta da maior crise do capitalismo dos últimos 80 anos foi o recuo desastroso do controle da Democracia sobre o poder do Dinheiro.





O desmonte das travas regulatórias do sistema bancário, o seu vetor. Recuos e derrotas acumulados pela esquerda mundial desde os anos 70, sobretudo a colonização de seu arcabouço programático pelos valores e interditos neoliberais, alargaram os vertedouros para o espraiamento de uma dominância do capital fictício, cuja presença tornou-se ubíqua em todas as esferas da vida e em todas as latitudes do planeta.

O fato de uma candidata à Presidência da República do Brasil, nas eleições de 2014, ter incluído a independência do Banco Central como viga mestra de seu programa – para ‘livrar a moeda da influencia do ciclo político’ – evidencia a rendição a um poder paralelo que agora almeja não apenas exercer seu poder de coação, mas tê-lo reconhecido pela sociedade.

A novilíngua da ‘nova política’ vende a eutanásia da soberania democrática como fortalecimento da democracia.

O jogral conservador cuida de legitimar o disparate.

Recolher esse caudal aos diques preexistentes à emergencial da onda neoliberal é tão plausível quanto devolver a pasta de dente ao tubo.

A sociedade que cedeu soberania ao suposto poder autorregulador dos mercados enfraqueceu sua capacidade de gerar os antídotos à degeneração intrínseca a essa renúncia.

O Brasil é um exemplo.

A democracia brasileira perdeu grande parte do seu poder indutor sobre o desenvolvimento ao ver a ferramenta pública das empresas estatais ser majoritariamente sucateada e privatizada nos anos 90.

Sem instrumentos com escala indutora competente, mesmos os governos progressistas se liquefazem na supremacia de uma lógica rentista que já contaminou todas as esferas do cálculo econômico e da produção.

A autonomia preconizada para o Banco Central coroa essa lógica. Ao estender a espiral da privatização ao regime da moeda, do juro e do câmbio e, por consequência, ao poder de compra das famílias, consuma-se também a renúncia a qualquer anteparo





capaz de defender a sociedade dos ataques especulativos irradiados dos mercados financeiros internacionais.

A democracia brasileira terá que se reinventar para que a retomada desse poder de iniciativa e autodefesa se recolocque no horizonte da ação política em nosso tempo.

A aspiração progressista da sociedade não pode negligenciar a existência de um candidato oculto que trabalha em tempo integral pela sua derrota.

O governador Tarso Genro, em artigo que batiza essa coletânea de textos publicados originalmente em Carta Maior, deu a esse candidato ubíquo o nome de '**A Internacional do Capital Financeiro**'.

A convite de Carta Maior, além de *Tarso Genro*, 16 intelectuais do Brasil e da América Latina – *Marcio Pochmann, José Luís Fiori, Ladislaw Dowbor, Paulo Nakatani, Mario E. Burkun, José Félix Rivas Alvarado, Antonio Lassance, Alejandro Nadal, Mônica Peralta Ramos, Jorge Marchin, Paulo Kliass, Rosa Maria Marques, Sebastião Velasco e Cruz, Mauricio de Souza Sabadini, Rodrigo Alves Teixeira e Cândido Grzybowski* – debruçaram-se sobre o desafio de decifrar os contornos internos e os flancos externos desse poder que ameaça revogar a prerrogativa da democracia se não for revogado antes por ela.

O aprofundamento da discussão é imprescindível para que o próprio campo progressista forme um discernimento mais claro, urgente e preciso do que está em jogo nesse momento.

De um lado, é a ofensiva de um poder que rejeita a infiltração da soberania popular no metabolismo de um Estado disputado com elites descomprometidas do país.

De outro, uma aspiração crescente por cidadania e qualidade de vida que não pode ser contemplada nos limites desse torniquete histórico.

Os sinais de que a convalescença da crise de 2008 transitou direto para um ciclo de estagnação global estreitam a margem de manobra e adicionam urgência à interrogação que decidirá o passo seguinte da história brasileira





Que democracia é necessária para que a economia possa vencer a transição entre uma economia pensada para um terço da sociedade, e aquela requerida agora que o mercado de massa atingiu uma escala estruturante no país?

Ao contrário do que sugere a pregação midiática contra o ‘intervencionismo petista’, a resposta parece apontar justamente para a construção de alternativas à matriz anacrônica da desregulação dos mercados, da qual a Internacional Financeira é a principal favorecida e a sua sentinela mais feroz.

Boa leitura.

Joaquim Ernesto Palhares
Diretor Geral de Carta Maior
Setembro de 2014





A INTERNACIONAL DO CAPITAL FINANCEIRO

Tarso Genro*

[http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/
A-Internacional-do-Capital-Financeiro/4/31273](http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Internacional-do-Capital-Financeiro/4/31273)

A revista Forbes publicou em maio deste ano que 5% do PIB brasileiro está nas mãos de quinze ilustres famílias, que detêm um patrimônio de 269 bilhões de reais. Thomas Piketty, autor do “*O Capital no Século 21*” – mencionado por Paul Krugman como provavelmente o mais importante livro de economia desta década – é autor de uma frase de uma obviedade alarmante nos dias que correm, mas que passa ter valor especial porque é formulada, não por um inimigo do capitalismo, mas por um insatisfeito com os seus rumos atuais: “os poucos que estão no topo – diz Thomas – tendem a apropriar-se de uma grande parcela da riqueza nacional, à custa da classe média baixa” e que “isso já aconteceu no passado e pode voltar a acontecer no futuro”.

O remédio apontado pelo autor, um imposto global progressivo, vai precisamente contra a tendência autorizada pelas grandes agências financeiras, públicas e privadas, de importância no mundo, como se vê nas medidas em andamento nos países da

(*) Governador do Estado do Rio Grande do Sul.



União Europeia, que pretendem recuperar suas combalidas economias. Estudo recente, publicado pelo “El País” (22 jun. 2014), mostra 10% de queda nos gastos de alimentação da população espanhola no ano de 2013, o que atinge diretamente o consumo básico dos assalariados, aposentados e desempregados, que vivem da parca ajuda estatal.

No âmbito da crise, os índices de pobreza, já alarmantes, aumentaram gravemente nos Estados Unidos, pois hoje já afetam 46 milhões de norte-americanos, maior cifra dos últimos 50 anos, que deve ser combinada com o aumento da renda dos 1% mais ricos, em 9%, nos últimos 35 anos. (“Página 12”, 23 jun.14, baseado em estudos do professor Abraham Lowenthal, emérito da Universidade do Sul da Califórnia). Os Estados Unidos, como se sabe, superam a União Europeia em desigualdade, pois nesta a maior concentração de renda está com 10% da população e nos EUA a maior concentração de renda, em termos relativos, está com 1% da população.

Cabe um comparativo latino-americano, para verificarmos como os diferentes países colocados na cena mundial globalizada, reagem perante os dissabores da atual crise do capital. Recentemente os nossos “especialistas” em desastres econômicos – sempre atentos aos interesses especulativos e manipulações políticas no mercado de ações – passaram a mostrar a genialidade da direita mexicana para lidar com o baixo crescimento e a pobreza. Quando se depararam com as estatísticas – a partir de 2003 a economia brasileira cresceu 45,44% e a economia mexicana, no mesmo período, cresceu 30,471% – o México desapareceu das suas colunas proféticas. Mormente porque ficaria chato revelar que a participação dos salários na renda nacional, no Brasil é de 45% e no México é de 29%. Ou seja, o Brasil cresceu muito mais com menos desigualdade.

Esse rápido repasse na crise do capitalismo, presidido pela agenda neoliberal, serve para ilustrar a guerra de interpretações travada no meio intelectual, pelas redes e pelos órgãos de imprensa tradicional, entre as lideranças das mais diversas posições do espectro político. De um lado, estão os que entendem que a





crise ocorre porque todas as “reformas”, necessárias para o reinado completo do capital financeiro sobre a vida pública e sobre os estados (capturados pelas agências que especulam com a dívida pública, para acumular sem trabalho) aquelas reformas, repito, não foram feitas pelos governos. Por isso, as baixas taxas de crescimento, o aumento da pobreza e do desemprego.

Num outro polo, os que, por diversos meios e com diversas gradações, sustentam que a decomposição da socialdemocracia, em nome de um “ajuste” conservador e predatório dos direitos sociais (com a renúncia de uma agenda socialista ou democrático-social verdadeira), significou a vitória dos valores dos que “estão no topo”, como diz Piketty. E que a pretensão verdadeira daquela agenda é desapropriar os direitos sociais, que vem sendo conquistados desde o Século XIX, para conformar uma sociedade dos mais aptos, dirigida pelos mais fortes e mais ricos, capazes de se servir das grandes transformações tecnológicas, distribuindo migalhas de sobrevivência para a maioria da população, tendo como intermediária uma pequena e rica classe média, apartada nos seus condomínios ou pequenos bairros com segurança privada.

A campanha contra o Governo brasileiro e contra o Estado brasileiro, desencadeada pelos órgãos de imprensa e partidos políticos vinculados à primeira posição, no mundo inteiro, passava a imagem de um país degradado na sua vida pública, com autoridades incapazes de acolher um evento como a Copa do Mundo, incompetentes para dar segurança às autoridades de fora do país e ineptos para a realização da própria competição. Esta campanha, no entanto, não foi um mero mau humor da direita mundial. Foi nitidamente uma orquestração política de caráter estratégico para desmoralizar um Bric que, com seus avanços e recuos, com as suas vacilações e posições ousadas, já tinha demonstrado que é possível crescer, distribuir renda, cuidar da vida dos mais pobres e excluídos e, ainda, exercer um papel político no cenário internacional, com certa margem de autodeterminação e soberania, criticando o neoliberalismo com as “costas quentes”. À esquerda ultra-radical isso parece pouco, mas, examinada





a situação internacional e a própria fragilidade interna das bases políticas para desenvolver estas ações de resistência, convenhamos que é um feito extraordinária que nenhum governo, pelo mundo afora, conseguiu realizar com tal amplitude.

O mais grave é que os veículos de comunicação tradicionais do país, não só repassaram este pânico desmoralizante da nação e das suas instituições, como alimentaram com falsas informações os veículos externos. Trabalharam diretamente contra o Brasil, embora já ensaiem uma autocrítica oportunista, Não se tratou de mero equívoco, mas de parceria política, porque, para estes grupos, nunca se coloca como real a disjuntiva “Soberania x Dependência”, ou “Estado Social x Estado Mínimo”, ou “Cooperação Interdepende x Subordinação Dependente”, ou mesmo “Democracia x Autoritarismo”. Porque soberania, estado social, cooperação sem submissão, sempre apontam para mais democracia (não menos democracia), para mais participação das pessoas na política e na renda (não menos participação) e as receitas europeias para resolver as crises são incompatíveis com tais conquistas da modernidade.

O traço material desta aliança e da campanha contra o Brasil é o interesse em ganhar dinheiro com a dívida pública, gerando instabilidade e desconfiança nos governos ou submetendo as nações a governos dóceis e à agenda da redução das funções públicas do Estado. A ideologia da aliança é o liberalismo econômico, ora ornamentado com traços de fascismo e intolerância, ora casado com a austeridade fiscal. Ela tanto pode arrastar as classes médias para os protestos, como atizar o “lumpen” para fazer quebraadeiras de bens públicos e privados – principalmente bens públicos – assim esvaziando os movimento sociais e políticos de esquerda, que estão insatisfeitos, com justiça, com os limites que já bloqueiam o crescimento econômico e impedem a melhoria da qualidade do serviços públicos nas áreas da saúde, transporte e segurança, principalmente nas grandes regiões metropolitanas. A repressão, então, por este mecanismo perverso de isolamento dos lutadores sociais, aparece legitimada para a maioria da sociedade,





que não se identifica com a violência gratuita à margem da lei, aceitando uma violência do Estado, que julga “necessária”, mesmo que muitas vezes também à margem da lei.

Arrisco dizer que, diferentemente das crises clássicas do capitalismo – como na crise de 1929 e na crise “do petróleo” nos anos 1970 – a crise atual se diferencia, enquanto crise política conjugada com a crise econômica, por encontrar o capital com um grau organização mais complexo e sofisticado, sem aparência imediata, mas mais capaz de interferir rapidamente sobre os Estados, sem guerras extensivas e ocupações militares em todos os territórios de domínio. De um lado, há uma verdadeira “Internacional do Capital Financeiro”, com seus tentáculos internos na mídia e nos partidos tradicionais – que já avança sobre os não tradicionais através do financiamento privado das campanhas eleitorais – e, de outro, há uma visível fragmentação na estrutura material e espiritual das classes populares, com a correspondente fragmentação dos seus movimentos e partidos.

Os bancos centrais dos países ricos, as agências privadas de risco, as instituições financeiras destinadas a especulação, juntamente com as grandes cadeias de comunicação globais, são organizados diretamente pelo dinheiro e apoiadas na reprodução ficta do dinheiro, com um manto ideológico e político que carece de coerência programática, mas que se amplia no próprio movimento do dinheiro, como acumulação artificial incessante. Esta vai aparelhando e submetendo instituições, grupos e indivíduos, em todas as esferas da vida pública, assim tornando os próprios partidos liberais e neoliberais supérfluos, como inteligência política, constituindo-os como mera extensão e reprodução daquele movimento do dinheiro, promovendo a irrelevância das suas construções programáticas.

O surgimento de partidos de extrema direita e de caráter fascista em toda a Europa, com base de massas, também é uma agonia da política burguesa democrática em seu sentido clássico e, em termos humanos, imprime nestes partidos o mesmo conteúdo ideológico de barbárie que move as atuais guerras de





conquista territorial pelas fontes de energia fóssil: ambos os processos são inspiradas pelo espírito patriótico, ambos dependem de aplicação de doses maciças de violência para serem vitoriosos, ambos respaldam o poder dos mais fortes e mais decididos a dominar e vencer, ambos não tem a aniquilação da vida do outro como limite moral do seu projeto de poder.

Ao tentar desmoralizar o Brasil, sem qualquer rubor e apostando que a Copa fosse um festival de incompetência e violência generalizada, a direta conservadora e antidemocrática do país – associada material e ideologicamente ao capital financeiro e sua estrutura de poder internacional – mostrou mais uma vez que não conhece o Brasil. Nem o que tem de bom, produtivo e organizado, no Estado brasileiro. Não conhece o seu povo, porque não convive com as suas lutas nem compreende a sua linguagem, como demonstraram quando quiseram impedir o Prouni e o Bolsa Família, por exemplo. Não conhecem o Estado Brasileiro, porque prestam atenção somente nas suas imperfeições e mazelas históricas, com os olhos de quem quer destruir o que ele tem de público para construir uma nação soberana, pautada pela Justiça e pela Liberdade.



A DOMINAÇÃO FINANCEIRA E SUAS CONTRADIÇÕES

Marcio Pochmann*

[http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/
Dominacao-financeira-e-suas-contradicoes-/4/31359](http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Dominacao-financeira-e-suas-contradicoes-/4/31359)

Nota do autor: A presente reflexão foi estimulada pelo artigo do governador Tarso Genro sobre a *Internacional do Capital Financeiro* publicado pela *Carta Maior*.

Desde o seu princípio organizador, o modo de produção capitalista caracterizou-se por se expandir sistemicamente, incorporando e articulando crescentes espaços territoriais até se tornar global. Tudo isso a partir da existência de um centro dinâmico integrador de um todo periférico.

Ainda que combinada pela lógica sistêmica, a dinâmica capitalista se manteve desigual, seguida por crises de curta e longa durações. Mesmo que o centro dinâmico tenha se alterado poucas vezes ao longo do tempo, a condição de periferia seguiu se produzindo e reproduzindo intensamente.

(*) Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas. Presidente da Fundação Perseu Abramo.



Para assumir a posição de centro dinâmico, três dimensões se fariam fundamentais. A primeira identificada pela capacidade de deter moeda de curso internacional com suas funções de troca, reserva de valor e unidade de conta permanente ativas.

A segunda dimensão está associada ao poder das forças armadas para levar adiante – sempre que necessário – o que a diplomacia não se apresenta como suficiente. A terceira dimensão refere-se à capacidade de produzir e difundir tecnologia enquanto elemento dinâmico e acesso da competição intercapitalista.

Pela Revolução Industrial e Tecnológica do século XVIII, na Inglaterra, o capitalismo alçou a condição de trânsito da antiga sociedade agrária para a moderna sociedade urbana e industrial. O processo de mecanização na época gerou ganhos de produtividade crescentes com a incorporação tecnológica e a conseqüente ampliação na divisão do trabalho, garantindo à armada inglesa o poder do exercício da força pela condição de centro dinâmico mundial.

Mas até o início do século XX, o capitalismo se expandia demarcado pela forma fundamental dos impérios (britânico, austro-húngaro, otomano, português, espanhol, entre outros) em relação às colônias. Neste meio, os avanços econômicos possibilitados pela industrialização retardatária (Alemanha, EUA, França, Rússia, Japão e Itália), seguida da Segunda Revolução Tecnológica no último quartel do século XIX, colocou em xeque o centro dinâmico mundial, posto que a Inglaterra convivía com o esvaziamento produtivo frente ao poder financeiro crescente da City.

Ademais, as duas grandes guerras mundiais (1914-18 e 1939-45), intermediadas pela Grande Depressão de 1929, tornou real e efetiva a disputa entre nações emergentes como Alemanha e Estados Unidos pela sucessão da liderança inglesa.

A partir do fim da década de 1940, o novo centro do mundo se estabeleceu sob a liderança incontestada dos Estados Unidos, cujo american way of life se generalizou mais rapidamente





pelo consumo de bens e serviços do que a descentralização da produção de manufatura pelo mundo.

Em plena Guerra Fria (1947-1991), mais de 150 países se constituíram frente ao desmoronamento dos antigos impérios e de suas colônias. Ao mesmo tempo, a maior parte da periferia alcançou a soberania nacional, reposicionando o papel do Estado em defesas de políticas nacional-desenvolvimentistas. Isso porque, o centro dinâmico mundial exercido pelos EUA acobertou a conformação dos Estados nacionais regidos por normas monitoradas pelas Nações Unidas e organismos multilaterais (Otan, BM, FMI, acordos de livre comércio, entre outros), diferenciando-se do padrão anterior da hegemonia inglesa.

Por acordo entre as nações, conforme realizado em Bretton Woods, em 1944, o dólar estadunidense se transformou em moeda de curso internacional, mantendo-se conversível ao ouro e com valor fixo por 27 anos (1944 e 1971). A valorização do dólar ocorrida no período era compatível com a posição de maior exportador e responsável por dois terços das reservas de ouro do mundo no imediato segundo pós-guerra.

A condição de centro dinâmico assentou-se no tripé interno de forças a exercer a vontade da maioria política. De um lado, o poder armado sob a liderança de grandes generais vitoriosos da Segunda Grande Guerra Mundial (Douglas MacArthur, George Marshall Jr, Dwight Eisenhower, entre outros) e, de outro, as forças produtivas representadas pelos grandes conglomerados industriais (famílias Gould, Rockefeller, Ford, Carnegie, entre outros). Por fim, a expressão da sociedade civil organizada em grande medida pela força dos sindicatos e dos movimentos de direitos humanos assumiu importância em determinados momentos do segundo pós-guerra.

A partir da década de 1970, contudo, as condições de exercício da hegemonia estadunidense fragilizaram-se substancialmente. Três acontecimentos significativos ameaçaram as dimensões do centro dinâmico do mundo.





O primeiro deles ocorreu em 1971, com a desvalorização do dólar em relação ao ouro, e teve o grande final em 1973, com o fim da conversibilidade da moeda estadunidense ao ouro. Com a decisão do presidente Richard Nixon, o dólar assumiu a condição de uma moeda como qualquer outra, sem mais equivaler ao ouro, o que resultava em descrédito à dimensão monetária fundamental de valorização do capital em qualquer país capitalista.

O segundo acontecimento se deu em 1975, com a derrota das forças armadas estadunidenses na Guerra do Vietnã (1965-75). A decisão do presidente Gerald Ford reafirmou o descrédito no poder militar dos EUA em termos internacionais, bem como internamente frente à vitória nas eleições pelo Partido Democrata e nas repercussões políticas geradas pelas massivas manifestações populares contra a guerra.

Por fim, o terceiro acontecimento se deu em 1979, com a Revolução Iraniana e a entrada da Rússia no Afeganistão. A ameaça ao domínio dos Estados Unidos no Oriente Médio pelo avanço das forças pró-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas poderia abrir um novo flanco de insegurança energética, fundamentalmente representada pelo petróleo, rico na região.

A decadência relativa dos Estados Unidos era evidente tanto no seu setor produtivo, que assumia a condição inédita de importador líquido de mercadorias na década de 1970, como na incapacidade da política macroeconômica superar a fase de estagnação da época. Ao mesmo tempo em que crescia o risco da insegurança energética num país importador de petróleo, o poder das forças armadas se mostrava fraco.

Diante disso, países como a Alemanha e Japão eram vistos como possíveis sucessores dos Estados Unidos, mais preparados para exercerem a condição de centro hegemônico do mundo. Somente uma guinada na conformação de uma nova maioria política poderia restabelecer a retomada do poder estadunidense.





As eleições de 1979 terminaram por restabelecer um novo pacto de poder, consagrado pela adoção das políticas neoliberais. A começar pela recomposição da linha estratégica nas forças militares, com a ascensão da liderança dos “falcões” assentados na estratégia da guerra cibernética.

Para isso, o redirecionamento de parte do orçamento se mostrou fundamental, associando a realocação dos recursos públicos à pesquisa e desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). A terceira Revolução Industrial e Tecnológica teve impulso para além da eletrônica, com o salto das empresas pontocom no Vale do Silício estadunidense.

O programa militar identificado como Guerra nas Estrelas (Defesa Estratégica no Espaço) foi lançado pelo presidente Ronald Reagan em 1983 com o objetivo de reestabelecer a superpotência militar estadunidense. Ao mesmo tempo interligou o gasto militar com a pesquisa, originando, inclusive, a internet para uso civil ao final da década de 1980.

A segunda inovação no pacto de poder estadunidense ocorreu com articulação mais fina entre o Departamento de Estado e as petroleiras, especialmente nas ações no Oriente Médio. Como se sabe, a Revolução Iraniana, em 1979, desencadeou o segundo choque de petróleo, quando o barril chegou a US\$ 80.

Somente sete anos depois, em 1986, o preço do barril voltou à normalidade, contando com importante articulação entre a diplomacia dos EUA e as forças armadas no Oriente Médio, simultaneamente às ações das grandes empresas petroleiras, visando garantir a segurança energética do maior importador de petróleo do mundo.

A terceira inovação foi a substituição do poder dos industriais estadunidenses pelo dos banqueiros, uma vez que, com a política realista de Paul Volcker no Banco Central dos EUA (Federal Reserve), a partir de 1978, a taxa de juros voltou a ser mais elevada que a inflação. Desde a Grande Depressão de 1929, quando os banqueiros foram tidos como dos principais



responsáveis pela especulação financeira vigente à época, que a taxa de juros se mantinha, em geral, abaixo da inflação, objetivando estimular os investimentos produtivos na economia.

A política do dólar forte na década de 1980 contribuiu para que a política neoliberal da desregulação financeira e bancária ganhasse difusão não apenas nos Estados Unidos. Por consequência, a elevação da taxa de juros nos EUA atraía a centralidade das aplicações financeiras naquele país, salvo elevação simultânea dos juros nos demais países, o que terminou esvaziando a autonomia da política monetária para o conjunto das economias. A globalização financeira ganhou escala e passou a liderar em novas bases a ordem capitalista mundial. Os banqueiros do mundo todo se uniram, conformando grau de poder jamais visto, capaz de submeter empresas e países à lógica financeira, inclusive parcela da política, que tem crescente presença de parlamentares e governos operando como verdadeiros funcionários do capital fictício.

Com a reconfiguração da nova maioria política nos EUA, os resultados da dominação militar e financeira se apresentaram evidentes frente ao enquadramento do Japão e da Alemanha à situação de países submissos. Houve ainda o fim da Guerra Fria. A partir dos anos de 1989, com a queda do Muro de Berlim e, de 1991, com a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o império estadunidense se constituiu enquanto tal, favorecendo o exercício unipolar da dinâmica econômica mundial e retirando poder dos Estados nacionais na efetividade de suas políticas, seja monetária, seja nas TICs, seja na área militar, entre outras.

Contraditoriamente, o êxito alcançado terminou também sendo portador da corrosão das bases produtivas do capitalismo estadunidense. Guardada a devida proporção, os EUA passaram a seguir trajetória similar à experimentada pela economia inglesa no final do século XIX, quando a contaminação pelo vírus do improdutivismo, gerado pelo processo da financeirização da riqueza, levou à decadência do império britânico.





Paralelamente, parte da Ásia confirmou, por intermédio de várias experiências nacionais, a constituição atual de uma nova fronteira de expansão do capitalismo global. Justamente a China e a Índia, que foram, em especial, os dois grandes territórios do planeta perdedores diante do avanço da hegemonia inglesa e estadunidense na primeira e segunda Revolução Industrial e Tecnológica, voltaram a se tornar emergentes diante da implantação de experiências associadas ao planejamento central e ao vigor do Estado.

Resumidamente, as reformas neoliberais realizadas desde a década de 1980 terminaram por esvaziar parte da estrutura produtiva dos países desenvolvidos – outrora referência da expansão capitalista global. Na sequência do deslocamento da produção industrial ocidental para a Ásia vislumbrou-se a continuidade da desenvoltura de mais uma revolução tecnológica motivadora de novas centralidades no planeta, tais como as cadeias globais de valor geridas por grandes corporações transnacionais.

A manifestação da grave crise global a partir de 2008 tornou mais clara o conjunto de sinais da decadência relativa dos Estados Unidos. A ineficácia das políticas neoliberais e o poder concentrado e centralizado das grandes corporações transnacionais apoderaram-se do Estado em grande parte dos países desenvolvidos e foram responsáveis pela adoção de políticas caracterizadas como socialismo dos ricos. Enquanto os trabalhadores pagam com o esvaziamento de seus rendimentos, a perda de empregos e a precarização das ocupações, os grandes grupos econômicos se ajustam com somas crescentes junto ao orçamento público, incapaz de recuperar a dinâmica produtiva, salvo a da indústria da financeirização da riqueza.

Simultaneamente, percebe-se o reaparecimento da multicentralidade geográfica mundial com um novo deslocamento do centro dinâmico da América (EUA) para a Ásia (China). Também países de grande dimensão geográfica e populacional voltaram a assumir maior responsabilidade no desenvolvimen-





to mundial, como no caso da China, Brasil, Índia, Rússia e África do Sul, que já respondem atualmente pela metade da expansão econômica do planeta. São cada vez mais reconhecidos por países-baleia, que procuram exercer efeitos sistêmicos no entorno de suas regiões, fazendo avançar a integração suprarregional, como no caso do Mercosul e Asean, que se expandem com maior autonomia no âmbito das relações Sul-Sul.

Não sem motivos demandam reformulações na ordem econômica global (reestruturação do padrão monetário, exercício do comércio justo, novas alternativas tecnológicas, democratização do poder e sustentabilidade ambiental).

Uma nova divisão internacional do trabalho se vislumbra associada ao desenvolvimento das forças produtivas assentadas na agropecuária, mineração, indústria e construção civil nas economias-baleia. Também ganham importância as políticas de avanço do trabalho imaterial conectado com a forte expansão do setor de serviços. Essa inédita fase do desenvolvimento mundial tende a depender diretamente do vigor dos novos países que emergiram cada vez mais distantes dos pilares anteriormente hegemônicos do pensamento único (equilíbrio de poder nos Estados Unidos, sistema financeiro internacional intermediado pelo dólar e assentado nos derivativos, Estado mínimo e mercados desregulados), atualmente desacreditados.

Nestes termos, percebe-se que a reorganização mundial desde a crise global em 2008 vem se apoiando numa nova estrutura de funcionamento que exige coordenação e liderança mais ampliada. Os países-baleia podem contribuir muito para isso, tendo em vista que o tripé da nova expansão econômica global consiste na alteração da partilha do mundo derivada do policentrismo associado à plena revolução da base técnico-científica da produção e do padrão de consumo sustentável ambientalmente.

A conexão dessa totalidade nas transformações mundiais requer o resgate da cooperação e integração supranacional em





novas bases. A começar pela superação da antiga divisão do trabalho entre países assentada na reprodução do passado (menor custo de bens e serviços associado ao reduzido conteúdo tecnológico e valor agregado dependente do uso de trabalho precário e da execução em longas jornadas sub-remuneradas). Com isso, o desenvolvimento poderia ser efetivamente global, evitando combinar a riqueza de alguns com a pobreza de outros.

As decisões políticas de hoje tomadas pelos países de grandes dimensões territoriais e populacionais podem asfaltar, inexoravelmente, o caminho do amanhã voltado à constituição de um novo padrão civilizatório global. Quem sabe faz acontecer, como se pode observar pelas iniciativas brasileiras recentes.

Todavia, elas ainda precisam ser crescentemente aprimoradas, avançando do enfrentamento dos problemas de ordem emergencial, como valorização cambial e elevada taxa de juros, que comprometem a competitividade, para as ações estratégicas que atuam sobre a nova divisão internacional do trabalho.





BRICS: A BUSCA POR UM NOVO PARADIGMA FINANCEIRO

Mario E. Burkun*

[http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica
/Brics-a-busca-por-um-novo-paradigma-
financeiro-internacional-/4/31062](http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Brics-a-busca-por-um-novo-paradigma-financeiro-internacional-/4/31062)

Buenos Aires - A necessidade de poder afrontar, conjuntamente, as oscilações das fugas de liquidez em dólares e em euros durante o processo de globalização que estamos vivendo obriga economistas e políticos a quererem decidir as políticas de desenvolvimento por nós.

A submissão que implica a dupla condicionalidade do FMI e do Banco Mundial para destravar endividamentos de países e de empresas com o setor bancário privado e público internacional é o primeiro problema do debate.

O segundo grande assunto é como conseguir desviar empréstimos e investimentos que não sejam de especulação puramente financeira e de curto prazo e direcioná-los ao investimento de liquidez na produção de bens duráveis e de capital.

Logo, qual papel a soberania e a governabilidade política devem exercer diante da intromissão nos Estados impostas pelos planos

(*) Economista, professor da Universidade de Buenos Aires.



de ajuste e as informações assimétricas e as más práticas desses organismos e das agências que avaliam e qualificam o risco soberano?

Em definitivo, como limitar os impactos econômicos de curto prazo na crise sistêmica do capitalismo na globalização, e suas sequelas de deslegitimação política e de desmerecimento de graus de liberdade alcançadas com o papel multilateral e os graus de liberdade que as potências emergentes alcançaram com seu ímpeto de controlar o novo neocolonialismo.

A próxima reunião dos Brics terá dois eixos econômicos transcendentais:

A) criar um banco representativo do grupo, somando os aportes de parte dos fundos de estabilização dos países-membros, aportes que somam aproximadamente 100 quadrilhões de dólares, em função do tamanho de cada país.

- O Banco será de intervenção rápida no caso de ataque especulativo contra uma moeda do grupo. Exemplo: A situação atual de fuga de divisas contra o rublo.

- Permitirá saldar desequilíbrios de balança comercial entre os países e facilitar transações com moedas próprias substituindo dólares e euros.

- Deve orientar investimentos produtivos de retorno lento. Assim como facilitar créditos ao consumo e produção a taxas de interesse de acordo com as prioridades de desenvolvimento.

- Buscará impedir a “guerra” de tipos de câmbio e de fuga de capitais líquidos, colocando pautas de controle fiscal e financeiro.

O outro grande item é a criação de uma agência qualificadora e avaliadora de risco soberano e da factibilidade dos investimentos nos Brics e em terceiros países para evitar a perversidade que as más práticas e assimetrias representam no uso das informações das três atuais qualificadoras do mundo financeiro.

Finalmente se discutirá o tema da governabilidade política e da ampliação dos participantes tratando de incorporar a Argentina, depois a Indonésia e o México.

Nosso país não participou oficialmente nas instâncias prévias, exceto com economistas individuais que aportam ideias e políticas





de forma autônoma, querendo facilitar o governo a assumir seu papel internacional neste novo paradigma financeiro, tão urgente cada vez que a camisa de força da dívida provoca instabilidade financeira no curto prazo.

A necessidade de enfrentar a crise internacional tem que ser uma premissa de transformações estruturais do sistema e não simples mutações de comportamentos políticos de curto prazo.

O momento é adequado pela fortaleza política e econômica dos atuais governos tanto nos Brics como em nosso país. Para que, na próxima cúpula, possamos ver os Brics em ação internacional.







ABUTRES E TUBARÕES RONDAM A INTEGRAÇÃO REGIONAL

José Félix Rivas Alvarado*

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Abutres-e-tubaroes-rondam-a-integracao-financeiro-produtiva-regional/4/31422>

Como região, e partindo das experiências de integração, não devemos assumir que este é apenas um problema da Argentina com os fundos abutres. Porque se trata de uma agressão do capital financeiro internacional à soberania de nossos países, em seu triunfante e cínico regresso, depois de ter protagonizado a crise capitalista mais profunda e escandalosa desde a Grande Recessão dos anos 1930.

A Argentina foi levada à falência em 2001 pelos economistas neoliberais e pelos poderes financeiros que estes representam. Viu-se na necessidade de declarar a interrupção dos pagamentos da dívida externa. Tentou uma saída em 2005, para negociar parte importante da dívida, trocando-a por outros bônus em condições menos onerosas. Repetiu esse mecanismo em 2010 e em 2013. a maioria dos credores (93%) aceitou o acor-

(*) Economista venezuelano. Fez parte da delegação venezuelana no Grupo de Integração Financeira da Unasul até maio de 2014.



do. Esse momento foi aproveitado por organizações delitivas dos baixos fundos desse crime organizado mundial chamado eufemisticamente de “mercados financeiros internacionais”. Os abutres compraram a dívida a 20 dólares e logo começaram a demandar um pagamento de 100 dólares. Posteriormente, conseguiram o apoio de um Tribunal de Nova York, cuja decisão foi contrária aos interesses da Nação Argentina.

É o retorno do mecanismo da dívida externa, utilizado como uma tesoura que rompe a soberania dos Estados Nacionais, que assalta os orçamentos públicos para se apropriar dos recursos financeiros, que frustra as estratégias de um desenvolvimento autônomo, que pretende colocar governos que se portem de acordo com suas demandas, que empobrece os trabalhadores que precisam pagar o ajuste econômico.

Por trás desse ataque está o condicionamento das instituições financeiras internacionais. Vêm os desavergonhados bancos de investimento, oferecendo-se como credores na hora do desespero, como tubarões esperando um naufrago, para dar o bote mortal. Vêm os novos colonizadores buscando não apenas que paguemos com as rendas de exportações de nossas riquezas naturais, mas tentando penhorar a propriedade dos próprios recursos naturais.

COM A PALAVRA, A INTEGRAÇÃO FINANCEIRA REGIONAL

Em 26 de novembro de 2010, na capital da Guiana, Georgetown, os chefes e chefas de Estado da Unasul, reunidos na IV Cúpula Ordinária, criaram o Conselho Sul-americano de Economia e Finanças, e decidiram alertar sobre a ameaça que os “fundos abutres” representavam para as economias da nossa região. Isso ocorreu há quase quatro anos, quando uma das expressões institucionais da integração, a Unasul, se levantava como um bloco de contenção diante dos poderes mundiais que negam o desenvolvimento independente das nações da América





Latina e do Caribe. Foi apenas cinco anos depois que o comandante Hugo Chávez, junto com outros presidentes progressistas, liderou a derrota da Alca em Mar del Plata (2005). A integração latino-americana mostrava avanços substanciais, mas chegaria rapidamente em um ponto crucial, quando, em 2008, a crise capitalista desmarcara a natureza da chamada arquitetura financeira internacional. Era o momento de passar da defensiva à ofensiva. Era a oportunidade para a integração financeira.

É importante recordar cada palavra da decisão dos mandatários: “Levar em consideração o risco que podem representar os “Fundos em situações especiais” para os países da América Latina e instal o Conselho Sul-americano de Economia e Finanças da Unasul para que elabore um conjunto de recomendações que tendam a minimizar os aspectos adversos desse tipo de fundos”.¹

A delegação argentina na Unasul propôs esse texto, que não apenas foi aprovado pelos presidentes, mas foi convertido em mandado para que se fizessem as previsões. Foi uma guerra anunciada. Quatro anos depois, vimos como isso se perdeu no cemitério da retórica esquecida. Quatro anos depois, tentam colocar a República Argentina de joelhos para que entregue ao poder mafioso um dos representantes mais criminosos da arquitetura financeira internacional: os fundos abutres. Passaram-se quase quatro anos e o capital financeiro enviou seus carneiros como matadores de aluguel.

Apesar das reiteradas lembranças de algumas delegações do bloco, entre elas Venezuela e a própria Argentina, o mandato das altas autoridades do bloco não apenas não foi obedecido. O “novo que não terminou de nascer” vê um grande obstáculo nesses organismos que são a esperança na América Latina. Nessa nova integração, em que “o velho não acaba de morrer”,

1. Unasul, Decisão sobre os “Fundos em situações especiais” (Fundos abutres).





há um poderoso bloco desobediente quanto às decisões das altas autoridades: uma burocracia instalada na institucionalidade econômica dos países, que, amparada em uma falsa neutralidade técnica, dedicou-se a colocar pedras no sapato até que conseguiram seu objetivo “leopardista”: “mudar tudo para que nada mude”.

É preocupante como as burocracias e os poderes fáticos conseguem estar por cima dos poderes eleitos pelos povos de cada uma dessas nações.

A Unasul teve grandes avanços. Foi efetiva especialmente nos pronunciamentos sobre as delicadas conjunturas políticas em que a mão do poder totalitário do império quis intervir. Em alguns de seus diferentes Conselhos, avançou-se de maneira importante. Nos últimos anos, a Secretaria Geral assumiu um enfoque em que se insiste na necessidade do manejo soberano dos recursos naturais. Esses recursos da mãe terra são ao mesmo tempo uma das grandes fortalezas da região e, portanto, motivo principal para nos mantermos unidos.

Mas a integração financeira e produtiva não pode ser adiada. Podemos chegar a acordos para, de forma conjunta, inventariar nossos recursos naturais, harmonizar os modelos institucionais e legais que preservam o manejo soberano sobre esses recursos, promover a pesquisa e o desenvolvimento com maior grau de autonomia, defender o bloco contra os interesses dos que querem se aproveitar desses recursos, articular estratégias produtivas e sustentáveis e construção de infraestrutura que não beneficie o capital transnacional. Podemos conseguir grande parte de tudo isso, mas se não houver uma integração financeira e produtiva, todo avanço que se consiga nesse sentido pode ser levado por um abutre ou por um tubarão em uma só abocanhada.

As propostas para a integração financeira regional já existem. O que está faltando?

No Plano de Ação do Conselho Sul-americano de Economia e Finanças (CSEF), aprovado em 2011, estão as propostas



que, durante os últimos três anos, foram discutidas sem que houvesse um avanço significativo. Uma delas tem a ver com o manejo das reservas internacionais. Nessa dimensão, destaca-se a proposta de criar um Fundo Sul-americano, com o qual a região deve gerar um mecanismo de cooperação que enfrente os desequilíbrios externos dos países.

Outra proposta dentro do CSEF está relacionada ao uso de moedas locais. A experiência do SUCRE, promovida pelos países da Alba, se une a outros mecanismos existentes em nosso Sul, como são o Convênio dos Pagamentos Recíprocos da ALADI e os Sistemas de Moeda Local ensaiado por Argentina e Brasil. Todos esses mecanismos são uma resposta diante da hegemonia do dólar e a relação de dependência que se estabeleceu.

Nos últimos debates, insistiu-se na integração produtiva como eixo fundamental da integração financeira, do investimento em infraestrutura, da integração energética, da integração comercial e com propósito de aproveitar o potencial apresentado pelos recursos naturais. A ideia de integração produtiva confronta dois pontos de vista bem demarcados: por um lado, estão os que defendem que a integração produtiva deve se basear nas cadeias globais de valor; por outro, aqueles países que defendemos que a integração produtiva deve reforçar as cadeias regionais de valor. A primeira proposta se apresenta como uma resposta adaptativa às tendências presentes na atual divisão internacional do trabalho, em que as grandes corporações capitalistas globais moldam os aparatos produtivos de nossa região para que sejam funcionais a seu plano transnacional. Essa proposta está em consonância com o reforço da dependência, com a continuidade da extração depredadora de nossos recursos naturais e, portanto, com a tendência à repressão.

Deve-se buscar uma integração produtiva que nos integre, em vez de uma desintegração proposta pelas visões do livre comércio, que agora reconhecem que o comércio não é suficiente, e apresentam uma proposta de “integração produtiva”, que tem



um argumento doutrinário muito precário e colonialista, como tem sido o conto das vantagens comparativas.

Da mesma forma, na Unasul se escutaram proposta das Argentina e do Equador que falavam da necessidade de criar instituições regionais de solução de controvérsias para enfrentar a imposição dos interesses do capital global sobre os interesses dos estados nacionais, executada por tribunais e instituições como o CIADI (Banco Mundial), suspeitos de inclinar a balança a favor dos demandantes – em sua maior parte, corporações transnacionais.

No CSEF da Unasul, falou-se também da necessidade de criar uma qualificadora de risco regional para enfrentar o poder das grandes qualificadoras de risco, que demonstraram sua parcialidade a favor do capital financeiro quando se iniciou a fase financeira da crise econômica mundial. Elas mentiram as qualificações dos bancos de investimento que foram à bancarrota, como o Lehman Brothers, ou no caso da Grécia. As qualificadoras de risco tem sido desqualificadas por seu funcionamento politicamente motivado. É a hora de a integração regional neutralizar a ingerência dessas “agências” na esperança do desenvolvimento das nações.

Todas essas iniciativas podem configurar um sistema de integração financeira na qual seria incluído o Banco do Sul.

O início do Banco do Sul se constitui um evento significativo para nossas economias, que contarão com a administração soberana das fontes de financiamento ao desenvolvimento. O Banco do Sul é um pilar fundamental para a nova arquitetura financeira, mas como “andorinha só não faz verão”, é preciso levantar as demais colunas do sistema: a) o fundo sul-americano de reservas (para dar assistência aos países que apresentem balanços conjunturais); b) a generalização de mecanismos para o uso de moedas locais; c) a criação de instâncias regionais de solução de controvérsias; d) uma qualificadora de risco regional (com critérios diferentes dos utilizados pelo capital financeiro





especulativo e parasita) e e) projetos de integração produtiva que se baseiem nas cadeias regionais de valor.

Dessa forma, viraríamos a atual arquitetura financeira, em que – como dizia Chávez – as poupanças da região (expressas, em parte, nas reservas internacionais) são pagas com juros baixíssimos para logo voltar em forma de dívida com onerosos e fraudulentos acordos de pagamento.

Os mecanismos financeiros que aprofundam a dependência de nossas nações continuam atuando, os abutres e tubarões atacam qualquer indefeso. Não podemos deixar que os interesses particulares e as burocracias consigam que a integração financeira fique paralisada ou marche a passos de lesma. Chegou a hora de parar de alimentar os carniceiros e os depredadores da nossa independência.







COMO PENSA A ELITE BRASILEIRA

Antonio Lassance*

[http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/
Politica/Como-pensa-a-elite-brasileira/4/31431](http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Como-pensa-a-elite-brasileira/4/31431)

A elite brasileira é engraçada. Gosta de ser elite, de mostrar que é elite, de viver como elite, mas detesta ser chamada de elite, principalmente quando associada a alguma mazela social. Afinal, mazela social, para a elite, é coisa de pobre.

A elite gosta de criticar e xingar tudo e todos. Chama isso de liberdade de expressão. Mas não gosta de ser criticada. Aí vira perseguição.

Quando a elite esculhamba o país, é porque ela é moderna e quer o melhor para todos nós. Quando alguém esculhamba a elite, é porque quer nos transformar em uma Cuba, ou numa Venezuela, dois países que a elite conhece muito bem, embora não saiba exatamente onde ficam.

Ideia de elite é chamada de opinião. Ideia contra a elite é chamada de ideologia.

A elite usa roupas, carros e relógios caros. Tem jatinho e helicóptero. Tem aeroporto particular, às vezes, pago com dinheiro

(*) Antonio Lassance é cientista político e pesquisador do Ipea.



público – para economizar um pouquinho, pois a vida não anda fácil para ninguém.

A elite gosta de mostrar que tem classe e que os outros são sem classe.

Mas, quando alguém reclama da elite por ser esnobe, preconceituosa e excludente, é acusado de incitar a luta de classes.

Elite mora em bairro chique, limpinho e cheiroso, mas gosta de acusar os outros de quererem dividir o país entre ricos e pobres.

O negócio da elite não é dividir, é multiplicar.

A elite é magnânima. Até dá aulas de como ter classe. Diz que, para ser da elite, tem que pensar como elite.

Tem gente que acredita. Não sabe que o principal atributo da elite é o dinheiro. O resto é detalhe.

A elite reclama dos impostos, mesmo dos que ela não paga. Seu jatinho, seu helicóptero, seu iate e seu jet ski não pagam IPVA, mesmo sendo veículos automotores.

Mas a elite, em homenagem aos mais pobres e à classe média, que pagam muito mais imposto do que ela, mantém um grande painel luminoso, o impostômetro, em várias cidades do país.

A elite diz que é contra a corrupção, mas é ela quem financia a campanha do corrupto.

Quando dá problema, finge que não tem nada a ver com a coisa e reclama que “ninguém” vai para a cadeia. “Ninguém” é o apelido que a elite usa para designar o pessoal que lota as cadeias.

A elite não gosta do Bolsa Família, pois não é feita pela Louis Vuitton.

A elite diz que conceder benefícios aos mais pobres não é direito, é esmola, uma coisa que deixa as pessoas preguiçosas, vagabundas.

Como num passe de mágica, quando a elite recebe recursos governamentais ou isenções fiscais, a esmola se transforma em incentivo produtivo para o Brasil crescer.

A elite gosta de levar vantagem em tudo. Chama isso de visão. Quando não é da elite, levar vantagem é Lei de Gérson ou jeitinho.



Pagar salário de servidor público e os custos da escola e do hospital é gasto público. Pagar muito mais em juros altos ao sistema financeiro é “responsabilidade fiscal”.

Quando um governo mexe no cálculo do dinheiro que é reservado a pagar juros, é acusado de ser leniente com as contas públicas e de fazer “contabilidade criativa”.

Quando o governo da elite, décadas atrás, decidiu fazer contabilidade criativa, gastando menos com educação e saúde do que a Constituição determinava, deram a isso o pomposo nome de “Desvinculação das Receitas da União” - inventaram até uma sigla (DRU), para ficar mais nebuloso e mais chique.

A elite bebe água mineral Perrier. Os sem classe se viram bebendo água do volume morto do Cantareira.

A elite gosta de passear e do direito de ir e vir, mas acha que rolezinho no seu shopping particular é problema grave de segurança pública.

A elite comprou o livro de um francês, um tal Piketty, intitulado “O Capital no Século 21”. Não gostou. Achou que era só sobre dinheiro, até descobrir que o principal assunto era a desigualdade.

A pior parte do livro é aquela que mostra que as 85 pessoas mais ricas do mundo controlam uma riqueza equivalente à da metade da população mundial. Ou seja, 85 bacanas têm o dinheiro que 3,5 bilhões de pessoas precisariam desembolsar para conseguir juntar.

A elite não gostou da brincadeira de que essas 85 pessoas mais ricas do mundo caberiam em um daqueles ônibus londrinos de dois andares.

Discordou peremptoriamente e por uma razão muito simples: elite não anda de ônibus, nem se for no andar de cima.





OS BRICS E A FÁBRICA DE MITOS NEOLIBERAL

Alejandro Nadal*

[http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica
/-Os-Brics-e-a-fabrica-de-mitos/4/31436](http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/-Os-Brics-e-a-fabrica-de-mitos/4/31436)

No primeiro ano deste século inventou-se o acrônimo Bric. A abreviatura compunha-se das iniciais de quatro países cujas economias eram consideradas potências emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China.

Em 2003, o Goldman Sachs prognosticava que, em quarenta anos, os países do Bric teriam um papel preponderante nas finanças, comércio, indústria, ciência e tecnologia à escala mundial. O seu produto interno bruto excederia o do G6 para esses anos (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra e Itália). De acordo com essas projeções, cada membro do Bric ultrapassaria as economias do G-6, salvo a dos Estados Unidos (que só seria superada pela China).

Entre 2003 e 2008, o prognóstico parecia ir no bom caminho. As quatro economias mantiveram altas taxas de crescimento e os seus sinais vitais em matéria de estabilidade e contas externas

(*) Alejandro Nadal é doutor em Economia e professor no Centro de Estudos Económicos del Colegio de Mexico.



pareciam saudáveis. Em abril de 2010, o Brasil foi o anfitrião de uma reunião dos quatro países e, nessa ocasião, a África do Sul foi convidada a unir-se ao grupo. O acrônimo passou a ser Brics.

A série de crises financeiras dos anos noventa e as assimetrias crescentes na economia mundial mostraram sem ambiguidades as funestas consequências de aplicar as receitas do consenso de Washington. O surgimento do Brics gerou expectativas sobre possíveis reformas no sistema monetário internacional e mudanças de orientação nas políticas do Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio. Ao estourar a crise global em 2008 a esperança em alguns círculos sobre o potencial do Brics para alterar o rumo da globalização neoliberal reavivou-se.

O Brasil sediou a sexta cúpula dos líderes dos países integrantes do Brics. Mas as economias do grupo não estão em boas condições de saúde e distam muito de se terem desmarcado da globalização neoliberal.

Em cada uma destas economias os problemas são diferentes. Mas em todas elas a taxa de crescimento tem diminuído: este ano, o crescimento no Brasil e Rússia mal será de 3 por cento; na Índia será de 4 por cento e na África do Sul o resultado será um medíocre 2 por cento. A China, a estrela do grupo, poderá atingir uma taxa de 7 por cento. E as contas externas do grupo deterioraram-se. Brasil, Índia e África do Sul mantêm fortes défices de conta corrente e isso requer financiamento externo. Cada vez mais, o financiamento faz-se com créditos de curto prazo e com maior endividamento em divisas estrangeiras e não em moeda local. Além disso, todos os Brics têm avultados défices fiscais (Brasil 2.4, África do Sul 3.7 e a Índia 8.2). Tudo isso agrava a sua vulnerabilidade num contexto em que as condições de financiamento externo são desfavoráveis.

A crise na União Europeia e nos Estados Unidos acabou por travar os Brics. É normal porque a fase crescente do ciclo expansivo no mercado mundial de produtos básicos não podia durar eternamente e ainda menos num meio recessivo. Quem sabe o mais importante é que graças à crise esses países têm apos-





tado mais no endividamento interno para manter os seus ritmos de crescimento. Por outra parte, em três membros do Brics as obras faraónicas derivadas de competições desportivas mundiais têm sido ao mesmo tempo uma fonte de despesa e um motor (conjuntural) de crescimento: as Olimpíadas de inverno em Sochi (51 mil milhões de dólares), as Olimpíadas de Beijing (40 mil milhões de dólares) e o Mundial de Futebol no Brasil (19 mil milhões de dólares). A ressaca financeira após esses eventos não é precisamente uma fonte de dinamismo económico.

As notícias sobre um novo banco do Brics e a possível criação de um esquema de intercâmbios comerciais em moedas destes países devem ver-se com ceticismo. Este bloco é mais um clube de países com interesses políticos e comerciais comuns do que com uma agenda de mudança na economia internacional. À China convém a estabilidade na África do Sul porque aí estão algumas fontes de matérias primas de importância estratégica. À Rússia interessa-lhe o apoio do grupo para enfrentar as sanções dos Estados Unidos pela crise na Ucrânia. Ao Brasil inquieta-lhe uma redução na taxa de crescimento da China porque depende em muito desse mercado para produtos primários. E a todos os líderes dos Brics preocupa-lhes o seu desprestígio e a falta de credibilidade política internamente.

O modelo neoliberal baseado na necessidade de manter salários competitivos continua a ser a espinha dorsal das diretrizes da política económica nos Brics. Desde as brutais condições de exploração nas minas na África do Sul, até às práticas das máfias na Rússia, passando pelos abusos sobre os povos nativos na Índia e a exploração dos camponeses sem terra no Brasil, o neoliberalismo mantém-se nos Brics. Os resultados da cimeira do grupo no Brasil não devem enganar. A globalização neoliberal não será desafiada por um grupo de líderes de países nos quais o neoliberalismo se mantém triunfante.

Tradução de Mariana Carneiro.







A ARGENTINA, A CRISE DO CAPITALISMO E O NÓ GÓRDIO

Mônica Peralta Ramos*

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Argentina-a-crise-do-capitalismo-e-o-no-gordio/4/31437>

As crises econômicas são inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e se caracterizam por um duplo movimento: destruição de bens, ativos e forças produtivas por um lado, e do outro uma crescente concentração do capital e da riqueza. A crise financeira de 2008 expôs a enorme concentração da riqueza e a crescente desigualdade social nos países centrais, fomentando um incipiente debate intelectual e político sobre os mitos do capitalismo. De outro lado, esta crise global evidenciou a relação que existe entre a estrutura de poder mundial e a que predomina, por exemplo, na Argentina.

Contudo, a desinformação impregna nossa conjuntura política. Esta desinformação flui do relato dos meios de comunicação, um relato que oculta toda informação relativa às relações de poder e seu impacto sobre nossa realidade imediata. A ausência de um debate intelectual e político sobre o significado do momento atual também

(*) Mônica Peralta Ramos é socióloga, autora de "La economía política argentina. Poder y clases sociales".



contribui para a desinformação. Sem informação e sem debate não há conhecimento profundo sobre a realidade. Ao desconhecermos as relações de forças e a importância relativa dos diversos conflitos e alianças possíveis, e se ignoramos de onde viemos e para onde vamos, as tentativas de transformar a realidade ficarão truncadas. A intenção deste artigo é contribuir para o debate sobre o momento no qual vivemos.

A necessidade de produzir constantemente o lucro e de obtê-lo no mercado deu lugar, nos países centrais, a uma acumulação altamente intensiva no capital, uma acumulação que substitui continuamente a força de trabalho por bens de capital, causando desemprego, estagnação e queda dos salários, rápida obsolescência tecnológica, acumulação de bens, queda de preços, e um grande aumento da capacidade ociosa existente em relação à capacidade potencial existente. Como consequência, os países centrais enfrentam hoje em dia as ameaças de recessão e deflação no contexto da crescente desigualdade social.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD) estima que até 2030 as taxas de crescimento da produção, do emprego e dos investimentos em capital social destes países serão inferiores as conquistadas nas décadas de 1990 ou de 2000, e o crescimento de sua renda média anual será inferior à taxa média anual de crescimento da renda mundial.

Apesar deste estancamento produtivo, e muito além do papel da China na economia mundial que não podemos tratar agora, os países centrais – e, em particular, os Estados Unidos – controlam a produção a nível global. A acumulação altamente intensiva no capital deu lugar a uma expansão do capital para fora das fronteiras através de cadeias de valor.

Um grupo relativamente reduzido de corporações multinacionais domina ligações estratégicas nestas cadeias de valor, controlando assim um processo que desintegra a produção a nível local, ao mesmo tempo em que a integra em nível global. Desta maneira, o capital monopolista/oligopolista determina a maneira em que é produzido o excedente econômico a nível mundial. Mesmo assim tem um papel decisivo no comércio internacional.





Em resposta, mais de 80% deste último funciona hoje através de cadeias de valor e pelas redes de produção de empresas multinacionais (filiais, contratantes, fornecedores, licenciadas etc.). Isto restringe muito a possibilidade que os Estados têm em controlar o comércio exterior de seus respectivos países e facilita as atividades especulativas a nível comercial. Neste contexto, as rendas do monopólio adquirem uma importância crucial. São um mecanismo de sucção do excedente econômico e da riqueza acumulada, e impulsionam um processo de acumulação mundial baseada na pura e simples desapropriação de vastos setores sociais.

O movimento paradoxal de fragmentação e de concentração que caracteriza a produção capitalista a nível mundial é reproduzida nas finanças internacionais. A manipulação das taxas de juros e as operações especulativas de todo tipo constituem os mecanismos utilizados por diferentes atores em sua luta por apropriar-se de uma maior cota do excedente econômico e da riqueza acumulada.

Neste processo turbulento, as rendas financeiras impulsionam grandes transferências de rendas e a desapropriação de múltiplos e diversos setores sociais. Esta renda deu lugar a uma classe rentista que vive de comissões financeiras fixadas monopolicamente e transferidas aos preços. A intervenção do Estado no sistema financeiro dos países centrais tem um papel crucial nestes processos e tende a impulsionar a concentração do capital.

A especulação de hipotecas subprime, ou de alto risco, nos EUA desencadeou a crise de 2008 e colocou o sistema financeiro deste país a beira da quebra. A solução encontrada pela Reserva Federal para evitar o colapso dos grandes bancos, e para outorgar crédito a economia “real”, recaiu em uma política de afrouxamento monetário ou quantitative easing (QE), que consiste, em sua primeira fase, na compra sistemática e massiva de hipotecas “podres” pelos bancos. Isto revalorizou estes ativos e aumentou as reservas líquidas dos bancos.

Como contrapartida regularizou-se as atividades destes últimos, a fim de evitar sua contaminação com investimentos especulativos. Assim foram salvos da quebra os grandes bancos, contudo



não conseguiu-se o objetivo explícito de reavivar a economia. O resultado imediato foi o aumento das reservas dos grandes bancos e o crescimento do crédito de curto prazo ortogado pelo “banco nas sombras” (shadow bank). Constituída pelos *hedge funds*, fundos de pensão, fundos soberanos, companhias de seguros etc., o sistema bancário paralelo não foi regulado e operou com taxas de juros maiores que as dos bancos.

Por isso os grandes e rápidos lucros especulativos deste setor através de um complicado encadeamento de operações com “derivados” financeiros (instrumentos financeiros de diferentes tipos cujo valor deriva do valor de outro ativo subjacente: ações, opções, bônus corporativos, bônus soberanos, swaps de taxas de juros, credito default etc.).

O sistema financeiro paralelo financiou grande parte de suas atividades com o uso e reuso (acordos de recompra) dos depósitos e garantias colaterais dos grandes bancos. Deste modo, o sistema bancário formal e o paralelo ficaram cada vez mais interconectados. A magnitude destas operações a curto prazo, sua opacidade ao não figurar na contabilidade dos bancos ou das entidades financeiras e a contaminação dos depósitos dos bancos com investimentos de alto risco fazem das finanças um mundo selvagem, extremamente turbulento e frágil.

Neste cassino de múltiplas apostas abertas, a cláusula do safe harbor em transições com derivativos parece potencializar tanto a possibilidade de concentração do capital como o risco de implosão financeira. Introduzida na reforma financeira de 2005, esta cláusula isenta os traders de derivativos nesse ínterim (stay) que bloqueia os esforços do credor por cobrar a dívida, concedendo-os assim direitos especiais e prioridade na cobrança da dívida.

Isto facilitaria a concentração do capital ao permitir que os credores – e, especialmente os grandes bancos com grandes tendências de derivados – exijam o pagamento imediato da dívida e se apropriem dos ativos dos devedores. Os colapsos **Bear Stearn**, **Lehman Brothers**, **AIG** e, mais recentemente, o colapso do **MF Global**, em 2011, haveriam sido detonados pela súbita paralisação das transa-





ções com derivados por parte de seus respectivos sócios e o consequente saque destas entidades, aplicando a cláusula do safe harbor.

A possibilidade de uma debandada para liquidar a garantia por parte das instituições financeiras que têm acordos de recompra e derivados com cláusula de safe harbor ameaçaria assim a estabilidade do sistema financeiro norte-americano.

O descalabro financeiro das economias mais frágeis da Comunidade Europeia mostra como as turbulências financeiras dos Estados Unidos se reproduzem nas finanças internacionais. Nestas turbulências se encontra atrelada a dívida soberana de muitos países.

Neste contexto selvagem, os **fundos abutres** que ameaçam a reestruturação da dívida argentina não são uma anomalia. São uma expressão a mais da luta amarga pela apropriação do excedente econômico, da renda e da riqueza acumulada. Encarnam em nossa realidade as turbulências das finanças internacionais. Nossa vulnerabilidade frente a esta ofensiva não surge simplesmente do peso de nossa dívida externa. O principal obstáculo para enfrentar os fundos abutres é o nó górdio que nos oprime e que temos analisado anteriormente neste jornal (13/11/2011, 20/1/2014 e 14/3/2014).

A acumulação do capital em condições de dependência tecnológica deu lugar ao controle monopolista/oligopolista de setores chave de nossa economia.

Os laços deste nó górdio: a restrição externa, a corrida do câmbio e a inflação, semeiam o canibalismo social, fomentam a instabilidade política e nos condenam a estagnação econômica. Estes laços do nó górdio são o principal obstáculo à gestão soberana da dívida externa e expõe a relação existente entre a estrutura de poder global e a que existe em nosso país. Neste contexto, a formação monopólica dos preços e sua dolarização adquirem uma dimensão nova. Estes processos indicam o campo onde se encarnam e fundem, imediatamente, os principais conflitos sociais.

Daí a importância e a urgência de criar espaços institucionais que permitam uma mobilização organizada da cidadania com o fim de controlar a formação de preços ao longo das cadeias de valor, desde a produção até o consumo. Isto irá lançar luz sobre o





voos rasantes dos abutres internos que, favorecidos pelas limitações para obter divisas com consequências da restrição externa, utilizam as taxas de câmbio e a dolarização de preços para restringir a política oficial e perpetuar em nosso país a estrutura de poder global.

Estes espaços permitirão, além disso, dar eficiência e legitimidade à política de Preços Cuidadosos. Mais importante ainda, esta experiência de participação coletiva na luta contra um mal que aflige a todos, permitirá articular alianças entre setores com interesses diferentes e irá contribuir para limitar o canibalismo social, abrindo o caminho para a inclusão social e integridade nacional.

Tradução: Cepat.





O DEBATE SOBRE A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA

Ladislau Dowbor*

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-debate-sobre-a-financeirizacao-da-economia-e-implicacoes-politicas/4/31480>

Há um debate que não pode mais esperar: como recuperar os imensos recursos acumulados e parados em fortunas financeiras, girando em atividades especulativas estéreis, para financiar a inclusão produtiva, a reconversão energética, os desequilíbrios sociais? O problema está além da injustiça flagrante que leva a que se acumulem fortunas sem a contrapartida produtiva correspondente. Trata-se da deformação do próprio sistema de acumulação capitalista, e da sua principal base de legitimação.

A visão herdada era que à riqueza do capitalista correspondia uma iniciativa de empreendedor, gerando produto, emprego e enriquecimento da sociedade, ainda que de forma desigual. Com a generalização do desvio das nossas poupanças para aplicações financeiras, tanto das fortunas dos mais ricos como das poupan-

(*) Professor titular no departamento de pós-graduação da PUC/SP e da Universidade Metodista de São Paulo, e consultor para agências das Nações Unidas, governos e municípios.



ças da população em geral, para as mãos de intermediários financeiros, o que era mais valia apropriada no processo produtivo se transformou em sistema especulativo planetário. O capitalismo produtivo se desloca para um capitalismo de rentistas.

Podemos trabalhar com três eixos de análise. Primeiro, as mudanças em termos do capitalismo financeiro global; segundo, como estas dinâmicas afetam o Brasil; terceiro, que alternativas estão surgindo no horizonte.

A FINANÇA GLOBAL

Os recursos financeiros são geridos em nível global, mas os sistemas de regulação são fragmentados em 192 países com legislações e capacidade de controle muito diversificadas. Na ausência de um sistema multilateral minimamente adequado, e com a desconstrução do marco jurídico (Glass-Steagall Act) a partir dos anos 1980, gerou-se um espaço sem governo. A compreensão dos mecanismos melhorou muito. Os aportes de Chesnais, Galbraith e outros foram reforçados por análises de personagens do próprio sistema: Paul Krugman, Joseph Stiglitz, Marcel Morin e muitos outros. Hoje temos como reunir e sistematizar as visões. O trabalho de Thomas Piketty é aqui de uma grande ajuda. Temos um razoável corpo teórico.

Em outro nível, houve a partir da crise de 2008 um reforço radical, ainda que muito insuficiente, dos dados empíricos. Um marco importante é a pesquisa sobre a rede global de controle corporativo, do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica, que mostrou que no universo corporativo mundial uma rede de 737 grupos controla 80% do mundo corporativo, dos quais um núcleo mais restrito de 137 grupos controla 40%, sendo que 75% deles são grupos financeiros. Ou seja, o mundo corporativo mundial é hoje controlado por gente que se conhece, que se encontra no campo de golfe. Tal nível de concentração dispensa qualquer teoria conspiratória. Pode-se qualificar o sistema de várias formas, mas não é mais um mecanismo de mercado.





Outro reforço muito significativo é o estudo dos fundos alocados em paraísos fiscais. A pesquisa do Tax Justice Network, coordenada por James Henry, mostra que o estoque de recursos é da ordem de um terço a metade do PIB mundial, em torno de 21 trilhões de dólares. O Economist arredonda isto para 20 trilhões, o Working for the Few da OXFAM-UK trabalha com 18 trilhões, e o ICIJ (International Consortium of Investigative Journalists) está gradualmente divulgando os nomes, montantes e principais operações destes fundos.

O Brasil, segundo o TJN, participaria com 520 bilhões de dólares, cerca de um quarto do PIB. São recursos que desorganizam o sistema fiscal planetário, acobertam lavagem de dinheiro, financiam tráfico de armas, e asseguram a multiplicação cumulativa de fortunas. Segundo o Economist, a gestão é assegurada essencialmente no Estado de Delaware nos Estados Unidos, em Miami e em Londres. As diversas pesquisas convergem. Gerou-se um capitalismo no mínimo cinzento, e em todo caso de legalidade duvidosa, quando não simplesmente criminoso. Não é mecanismo de mercado.

Muito significativa também é a formação, em paralelo à financeirização, de um mundo de especulação comercial que nela navega. Basicamente, uma quinzena de grupos controla a quase totalidade do comércio mundial de grãos, energia, minerais metálicos e não metálicos, ou seja, o sangue da economia mundial. Joshua Shneyer, no *The Trillion Dollar Club: Commodity Traders*, apresenta os dados básicos destes grupos, aliás com forte presença no Brasil, e a sua gigantesca força planetária, ainda que com nomes que pouco conhecemos como Black Rock. É importante lembrar que o mercado de futuros onde se movimentam estas finanças têm derivativos emitidos (*outstanding derivatives*) de mais de 600 trilhões de dólares, cerca de 8 vezes o PIB mundial (dados do BIS de Basileia).

Em terceiro nível, temos de observar a complexidade de mecanismos planetários de gestão dos recursos financeiros. A IEA (International Energy Agency) das Nações Unidas elaborou





um manual só com a descrição dos termos e dos mecanismos de derivativos utilizados pelo sistema mundial de especulação. Frente à imagem surrealista que ensinamos, de atores que competem através de mecanismos de mercado, “e que o melhor vença”, temos de explicitar como funcionam mecanismos básicos como estocagem especulativa, mispricing, alavancagem, arbitragem, high frequency trading e outros mecanismos hoje opacos e incompreendidos.

Finalmente, temos hoje uma enxurrada de processos e condenações dos principais atores mundiais de intermediação financeira. Os mecanismos mais significativos, como a manipulação da Libor (praticamente todos os grandes grupos financeiros mundiais), a fraude com seguros de cartões de crédito, a lavagem de dinheiro em grande escala, a gestão de fundos e financiamento de operações ilegais, a cartelização e outros procedimentos, hoje amplamente descritos até no Financial Times e publicações online, precisam ser descritos e sistematizados, para ampliar a compreensão dos principais tipos de ilegalidades perpetradas.

Em outros termos, um eixo de trabalho é a formação de uma rede colaborativa de pesquisa que ajude a tornar os mecanismos minimamente compreensíveis para formadores de opinião e pesquisadores não especializados na área. Precisamos ampliar a base de conhecimento e de conhecedores.

OS IMPACTOS E MECANISMOS NO BRASIL

Os grandes grupos financeiros no Brasil participam plenamente deste processo mundial, mas com mecanismos específicos. A tendência básica, que é de migração das finanças do fomento produtivo para atividades especulativas e ganhos financeiros em geral, que caracteriza a evolução mundial, se reproduz aqui, ainda que de maneira diferenciada.

Um mecanismo central neste processo é a forma como o cartel dos grandes bancos nacionais, e os internacionais que aqui funcionam, passaram a utilizar a dívida pública como mecanis-





mo de transferência, através da taxa Selic elevada, dos impostos da população para os intermediários financeiros. São transferências da ordem de grandeza de 150 a 200 bilhões de reais por ano. Amir Khair tem sido uma fonte preciosa de análise desta dinâmica, justificada erroneamente como combate à inflação.

Um segundo mecanismo consiste na cobrança de juros astronômicos ao tomador final de crédito. A comparação com os juros cobrados no resto do mundo mostra que no Brasil se cobra ao mês o que na Europa, por exemplo, se cobra ao ano. O estudo comparado de taxas de juros pode aqui ser precioso, pois são dados acessíveis e compreensíveis pela população, frequentemente estrangulada nos juros dos cartões de crédito (16% ao ano nos EUA, 238% no Brasil), no cheque especial ou outros produtos. Os juros permitem que um grupo planetário como Santander tire do Brasil entre 25% e 30% do seu lucro mundial.

Muito importante é organizar a informação sobre a principal justificativa quanto à elevada taxa Selic e juros ao tomador final, que é a de que se está protegendo a população da inflação. Os argumentos de Paul Singer (os juros pelo contrário estão encarecendo os produtos), de Amir Khair (a concorrência internacional da economia aberta dificulta a elevação dos preços) e outros devem ser explicitados. É importante aqui lembrar que entre 1993 e 1995 as 44 economias do mundo que tinham hiperinflações como o Brasil (Israel, Argentina, México etc.) conseguiram vencê-las, com diversos mecanismos, simplesmente porque na globalização financeira não se pode operar com moedas não conversíveis.

A ideia geral seria organizarmos a informação sobre os principais mecanismos especulativos adotados, sobre a ilegalidade do cartel, e sobre os impactos diferenciados para a população ao adquirirem os diversos produtos financeiros. Fez-se escândalo com a CPMF, que cobrava um terço de um por cento essencialmente sobre quem faz transações financeiras, enquanto a população não entende que qualquer pequeno comércio, ao vender no cartão, tem de incorporar algo como 6% do valor para cobrir o custo financeiro cobrado pelo banco, sobre a grande maioria das



operações comerciais do país, uma punção drástica dos recursos da população. E não é para financiar a saúde.

O importante é criar um processo colaborativo de pesquisa, publicação e divulgação do entrave que a economia financeira gera no país. Na linha do estudo da produtividade relativa de diversos usos de recursos (quanto contribui para o PIB um real aplicado em educação, no serviço da dívida etc.) coordenado na época por Márcio Pochmann, o eixo central poderia ser a explicitação dos impactos da esterilização da poupança e da não funcionalidade do sistema financeiro comercial.

AS ALTERNATIVAS E RECUPERAÇÃO DO CONTROLE

Temos hoje inúmeras iniciativas pontuais, e um grande sentimento de impotência em termos sistêmicos. Em termos de regulação em geral, temos nos Estados Unidos a aprovação da lei Dodd-Frank, frágil tentativa de recuperar as rédeas do sistema especulativo, um tipo de volta diluída à antiga lei Glass-Steagall, e esforços correspondentes na UE e na Inglaterra. A dimensão das ferramentas de regulação disponíveis, em estudo ou em negociação em diversas partes do mundo são muito importantes para nós, pois o sistema brasileiro não é estanque. E o Brasil tem peso, como se constatou por exemplo no quadro do recente acordo entre Brics e iniciativas regionais. O conceito de delinking de Samir Amin pode aqui ser útil, ainda que flexibilizado.

Temos evidentemente também o imenso potencial de aproveitamento do setor financeiro público, responsável no Brasil por cerca de metade do crédito, como vetor de introdução de mecanismos de ruptura dos juros cartelizados do setor comercial de intermediação. A redução da taxa Selic, da ordem de 25 a 30% nos anos 1990 e mais próxima de 10% atualmente, os créditos de fomento com taxas mais equilibradas do BNDES, o financiamento na linha do Pronaf constituem um universo diferenciado, e seria o caso de tornar mais clara a sua interação com o setor de intermediação financeira dos grandes grupos privados, e o potencial de mudança.





Um terceiro eixo consiste no surgimento das diversas formas de microcrédito, crédito solidário, bancos comunitários (já são 103 no país), com iniciativas no BNB, Banrisul e outras instituições. As ONGs de intermediação financeira, generalizadas na Europa, podem constituir não alternativas, mas complementos importantes pela produtividade que assegura a sua inserção social. Particular importância deve ser dada às formas locais de crédito. Segundo o Economist, na Alemanha cerca de 60% da poupança acumulada da população encontra-se não em bancos, mas em sparrkassen, bancos comunitários locais, que permitem financiar iniciativas segundo as necessidades locais, ao invés das poupanças migrarem para o sistema especulativo mundial.

Um potencial inovador importante pode ser aproveitado a partir da conectividade dos pequenos produtores, com a desintermediação das atividades comerciais e financeiras. No Quênia, pequenos produtores rurais realizam as suas transações financeiras diretamente com os compradores finais, por meio de um software que aproveita os telefones celulares. O sistema Prosper nos Estados Unidos põe em contato quem tem dinheiro disponível e quem dele precisa, no site que permite contatos diretos. “A atividade bancária, diz o fundador, é essencial. O banco, não.”

A verdade é que temos hoje no Brasil, e no exterior através de contatos nossos, como reunir competências de primeira linha, nas diversas áreas complementares, para construir a imagem do processo e para construir alternativas de regulação e de organização sistêmica alternativa à dinâmica predatória hoje existente.





QUAIS SÃO AGORA AS ALTERNATIVAS PARA A ARGENTINA?

Jorge Marchini*

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Quais-sao-ago-ra-as-alternativas-para-a-Argentina-/4/31475>

O establishment impôs novamente a ideia de que não haveria outra saída para a Argentina senão aceitar a sentença do juiz de Nova York Thomas Griesa a favor da demanda de multimilionários de fundos de investimento especulativo. Estes exigem o pagamento completo, mais os juros acumulados, de títulos da dívida que foram comprados a preço de liquidação, a uma fração do valor nominal, no momento em que o país sofreu uma grande crise financeira no começo do século¹.

Novamente, tal como ocorreu outrora, volta a se argumentar que o país “ficaria fora do mundo”². Afirma-se de forma determinante que o país perderia a oportunidade de “recuperar a confiança dos mercados” que havia conseguido a partir das su-

(*) Professor Titular de Economia, Universidade de Buenos Aires, Pesquisador do CIGES – Argentina.

1. Pode-se ler uma síntese do conflito no site oficial do Ministério da Economia e Finanças Públicas da Argentina, disponível em <<http://www.mecon.gov.ar/DESENDEUDAR/default-es.htm>>.

2. Ver opiniões de economistas reconhecidos disponível em <<http://www.infobae.com/2014/07/22/1582463-los-economistas-advierten-los-costos-un-nuevo-default>>.



cessivas reaberturas de ofertas de renegociação de títulos “defaulteados”³, o recente reajuste de controvérsias pendentes com empresas privadas do exterior no CIADI/Banco Mundial⁴ e o acordo com os países credores da dívida em default desde a crise de 2001 do Clube de Paris⁵.

A ratificação, em meados de junho, por parte da Suprema Corte dos EUA da sentença do juiz distrital de Nova York, reafirmando os requerimentos dos donos dos fundos abutres, alterou toda a situação⁶. Por um lado, e no plano imediato, não apenas por inibir pagamentos comprometidos de credores da dívida renegociada, mas por representar a exigência da sentença do pagamento imediato de 1,5 bilhão de dólares, um grave precedente que poderia acarretar a exigência do pagamento completo com juros por parte dos detentores dos títulos que não aceitaram negociações (cerca de 15 bilhões de dólares). E também a possibilidade de impulsionar novas demandas por parte dos que aceitaram uma diminuição de 66,3% do valor nominal em renegociações anteriores⁷.

Qualquer que seja a decisão – aceitar pagar ou não –, o país foi levado pelas decisões dos tribunais dos EUA a uma situação crítica que terá, sem dúvida, enormes consequências e derivados imprevistos. De imediato, e em que pesem as significativas e estendidas mostras de solidariedade com a Argentina, o conflito fechou definitivamente o caminho de um retorno ao

3. “Começa a terceira negociação da dívida”, jornal *Ámbito Financiero*, Buenos Aires, 24/09/2013, disponível em <<http://www.ambito.com/diario/noticia.asp?id=708218>>.

4. “Argentina firmou um acordo com cinco empresas diante do CIADI” - Agência *Télam* - 18/10/2013 – disponível em <<http://www.telam.com.ar/notas/201310/37031-argentina-cerro-un-acuerdo-con-cinco-empresas-ante-el-ciadi.html>>.

5. Disponível em <<http://www.telam.com.ar/notas/201405/64883-kicillof-argentina-club-de-paris.html>>.

6. “O pior dos resultados: a Corte dos Estados Unidos nega apelação argentina no caso dos fundos abutres” jornal *La Nación*, Buenos Aires, 16 de junho de 2014 - disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/1701767-fallo-de-la-corte-de-estados-unidos-sobre-los-fondos-buitres-y-argentina>>.

7. Declarações do Ministro da Economia da Argentina, Axel Kicilloff, nas Naciones Unidas, jornal *Página 12* de 25/06/2014, disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-249392-2014-06-25.html>>.





mercado para requerer novos créditos em um curto prazo, tal como pretendia a Argentina⁸. Isso ocorrerá se a Argentina pagar os demandantes de acordo com a sentença, mas se pode prever a incerteza que a onda de novas demandas provocará. E, se o país não o fizer, a justiça dos EUA pode priorizar o pagamento da sentença ou renegociações com outros credores, o que levará de fato ao “default”.

Já a situação das contas externas da Argentina – a balança comerciária – foi se deteriorando. O sinal mais evidente desse problema foi a quase permanente queda das reservas do Banco Central (de quase 51 bilhões de dólares em agosto de 2010 para 29 bilhões atualmente)⁹.

Entre os fatores incidentes, estão:

a) A erosão do saldo da balança comercial. Isso se tornou notável no último período, e está particularmente chamativa neste ano. Em que pese o fato de este ano ter havido uma colheita recorde em um período de altos preços internacionais, as rendas por exportações se reduziram. E também é significativo que não se tenha produzido uma queda geral das compras externas apesar da maior atividade econômica e das limitações de autorizações às importações. O saldo da balança comercial do país para os primeiros seis meses do presente ano foi de 3,684 bilhões de dólares (uma queda de 1,463 bilhão de dólares, isto é, 28% em relação ao mesmo período de 2013)¹⁰. Os números permitem observar a princípio a possível existência de graves manobras criminosas de subfaturamento de exportações, contrabando e sobrefaturamento de importações com trocas cambiais ilegais e fugas de capitais.

8. Katz, Claudio: “Quantos abutres acosam a Argentina” publicado em Aporrea e disponível em <<http://www.aporrea.org/internacionales/a190781.html>>.

9. Site do Banco Central da República Argentina, disponível em <<http://www.bcra.gov.ar>>.

10. Cifras do Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina. Disponível em <http://www.indec.mecon.ar/uploads/informesdepreensa/ica_07_14.pdf>.





b) Os fortes e crescentes pagamentos da dívida pública dentro de uma estratégia geral de desendividamento. Desde 2003, a Argentina pagou mais de 100 bilhões de dólares equivalentes a divisas¹¹.

c) A enorme e crescente acepção da fuga de capitais que tem sido crônica desde 2007, em que pese a imposição de restrições cambiárias a partir de outubro de 2001. Trata-se de um sinal evidente do fenômeno do permanente crescimento dos ativos privados externos (205,460 bilhões de dólares do setor privado não financeiro e mais 3,158 bilhões de dólares do setor financeiro, de acordo com estimativas oficiais do Banco Central em março de 2014).

Diante do imprevisto aspecto que a situação assumiu, e a ocorrência de eventos nos últimos dias (posição intransigente e provocadora dos fundos abutres, a negativa do juiz Griesa de dar um novo prazo), não basta falar mal dos abutres e se queixar quão terríveis são os especuladores – que não são senão um produto natural derivado da desregulação e globalização financeira –, mas se perguntar se a Argentina não tem saídas neste momento.

De imediato, deve-se ponderar que a situação não é parecida às recorrentes crises que o país viveu nas últimas décadas. A Argentina, assim como a Venezuela, são os únicos países da região que podem contar imediatamente com saldos positivos da balança de pagamentos, o nível de endividamento em moeda estrangeira é baixo e, o que é melhor ainda, existe o marco internacional de perda de credibilidade da arquitetura financeira mundial a partir das consequências e dos custos públicos da crise de 2007/08.

Se é impossível prever as consequências dos últimos eventos, é preciso imediatamente analisar com seriedade e sem impressionismos superficiais o cenário que está dado e, sobretudo, analisar/debater passos viáveis e consistentes para defender o interesse nacional.

11. Apresentação pública sobre Fundos Abutres – Ministério de Economia e Finanças da República Argentina, junho de 2014





EXISTEM ALTERNATIVAS

Não é certo que o governo careça de alternativas. Diante da perspectiva do default forçado pelos abutres e sua aliada, a justiça dos EUA, deve-se reconhecer sem rodeios a emergência da situação e avançar de forma imediata para proteger a economia nacional, combatendo decididamente e sem mais demora a continuidade de drenagens e fugas.

É preciso colocar em evidência que se trata de uma estratégia nacional e, tal como ocorre nessas ocasiões, os interesses particulares ser preteridos em detrimento dos gerais. A Pátria acima do individual e do egoísta.

a) Controle público e social na fiscalização e abertura/transparência de informações das operações de comércio exterior. Combater com leis já vigentes as manobras hoje estendidas de subfaturamento e contrabando de exportações, e sobre faturação de importações e fuga de capitais.

b) Fazer uma ampla chamada pública para a elaboração, diante da emergência nacional, de um Plano de Defesa da Produção e do Trabalho, contra a Especulação, o Crime Econômico e a Alienação do Patrimônio Nacional que inclua o debate de propostas/planos concretos (por exemplo, priorizar a sustentação de fontes de trabalho, aprofundar o monitoramento da inflação – custos e preços –, combater ao contrabando e às manobras no comércio exterior e cambiárias, sustentação da produção nacional, substituição de importações, reformas financeiras e impositivas, compra nacional/latino-americana, campanha e plano para a economia de energia, entre outros).

c) Diante da intenção de estrangular a balança de pagamentos e levar o país ao “default”, determinar/investigar a origem de todas as obrigações e movimentos financeiros, de forma a poder reestruturar e reprogramar pagamentos de forma justa e responsável, de acordo com propriedades e capacidade genuína de pagamento.

d) Impulsionar iniciativas concretas de unidade latino-americana americana para a proteção regional que vão além do discurso, como, entre outras:



- Início imediato do Banco do Sul;
- Constituição de um fundo comum de reservas e de “swaps” de seguro permanente entre bancos centrais regionais;
- Ampliação do intercâmbio comercial regional, compensado com o uso de moedas locais e/ou unidades de conta (SUCRE);
- Coordenação de políticas e ações para evitar desvalorizações competitivas e manobras especulativas/fugas de capitais;
- Diante da evidente e recorrente parcialidade dos tribunais de países centrais para dirimir conflitos de suas pessoas e empresas privadas contra os Estados de nosso países, firmar contratos que incluam a cessão de jurisdição contratual e reafirmar o direito soberano à plena e intransferível soberania jurídica nacional. É urgente avançar em um processo de debate internacional para reformar o regime de tratamento jurídico das dívidas soberanas.





O DINHEIRO E A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Paulo Nakatani*

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-dinheiro-e-a-financeirizacao-da-economia-mundial/4/31520>

Na esteira da crise detonada na esfera financeira dos Estados Unidos (EUA) e das medidas tomadas pelo Federal Reserve (FED) para o salvamento de bancos e empresas, através da maciça criação primária de dólares, muitos críticos da posição dominante da economia americana estão defendendo a ideia de que ocorrerá um colapso do dólar como dinheiro mundial.

A fundação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas pelos países que compõe os Brics, em reunião realizada em Fortaleza nos dias 15 e 16 de julho, fortaleceu aquela ideia e estimulou um debate sobre uma mudança na arquitetura financeira internacional, cujas origens remontam ao Acordo de Bretton Woods e à criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

(*) Professor da Universidade Federal do Espírito Santo e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).



Assim, a nova arquitetura financeira associada ao colapso do dólar permitiria que esse perverso mecanismo da financeirização, através do qual gigantescas massas de riqueza são transferidas dos países mais pobres para os mais ricos, fosse controlado ou suprimido. Por maior que seja o nosso desejo, o fim da financeirização, do domínio do dólar e do capital internacionalizado é muito mais complexo e difícil, devido ao poder econômico, político e militar constituído e expandido por todo o mundo ao longo do século passado, pelos EUA.

O DÓLAR COMO DINHEIRO MUNDIAL

Como é sabido, o dólar foi convertido em dinheiro mundial após o acordo de Bretton Woods e, desde 1971, não é mais conversível em ouro. Assim, ele converteu-se em papel moeda de curso forçado e sua criação primária é efetuada através da compra de títulos do Tesouro dos EUA ou do sistema bancário. Em junho de 2014, essa criação atingiu, segundo o Federal Reserve (FED), um montante de 3,9 trilhões de dólares, para um PIB estimado em US\$ 17,2 trilhões para os EUA.

Enquanto isso o volume de negócios, apenas no mercado internacional de moedas, girava um montante médio diário de 5,3 trilhões de dólares, em abril de 2013, de acordo com os dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS). Por isso, o mercado internacional de moedas não é mais exatamente o mesmo e o dólar é apenas o nome de um numerário transacionado com outras moedas nos produtos financeiros chamados de derivativos.

Um “Privilégio Exorbitante”, segundo Barry Eichengreen, que permitiu que, durante décadas, os EUA pagassem suas importações de mercadorias com dinheiro fictício. Esses dólares retornam ao FED e são convertidos em capital a juros e acumulados nas reservas internacionais dos outros países. Ou seja, quando um país acumula reservas está entregando mercadorias, propriedades e capital para os EUA ou outros países, sem nenhuma contrapartida. Entre 2000 e 2012, os EUA acumularam um





saldo de 7,2 trilhões de dólares na conta de transações correntes, como poupança recebida do exterior.

Por outro lado, a parte em dólares dos 3,8 trilhões em reservas da China ou dos 380 bilhões de dólares em reservas do Brasil, mais uma parte importante de todas as reservas internacionais acumuladas constituem a contrapartida desse enorme desequilíbrio no sistema mundial. Um colapso repentino do dólar geraria perdas gigantescas para os países que acumularam essas enormes reservas. Assim todos eles encontram-se em uma armadilha gerada por esse privilégio de criação do dinheiro mundial. Ao mesmo tempo em que criticam e tentam escapar do domínio do dólar, devem atuar para evitar sua desvalorização. O que não garante que essas perdas não possam ocorrer.

Esse privilégio foi construído historicamente desde a criação do FED pelos grandes banqueiros presentes e atuantes até hoje no sistema financeiro internacional.

Segundo Ron Paul, Deputado republicano e candidato contra Barack Obama à presidência dos EUA, o centro dessa criação de moeda é “uma parceria público-privada”. A rigor, o sistema da Reserva Federal é um conjunto de bancos privados cujos proprietários são os maiores banqueiros dos EUA, que obtiveram esse privilégio através de procedimentos conspirativos. Ron Paul nos conta que, em novembro de 1910 ocorreu uma reunião secreta na ilha Jeckill, onde os participantes foram disfarçados de caçadores de pato para concluírem os acordos em torno da criação do FED. Entre eles estavam Henry Davison, Nelson Aldrich, representantes de J.P. Morgan e dos Rockefeller, Paul Warburg, Frank Vanderlip, do National City Bank, e outros.

Essa mesma história é contada por outros autores como Barry Eichengreen e Nicholas Hagger. Este último explica em seu livro “A Corporação” que “a criação do FED foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em 23 de dezembro de 1913, quando muitos congressistas e senadores já estavam em recesso, por ocasião dos feriados natalinos. Uma hora depois da votação no Senado, Wilson sancionou e promulgou a lei,



convertendo em lei o Decreto do Federal Reserve”. Essa história nos mostra o poder e a influência dos proprietários do sistema bancário norte americano sobre toda a economia mundial e eles não estão dispostos a entregar seu privilégio para nenhum outro país do mundo.

O DÓLAR E A FINANCEIRIZAÇÃO

Uma parte do debate está viciado por um problema bastante complicado decorrente da imprecisão no uso das categorias dinheiro e capital dinheiro, sendo que alguns nem conseguem diferenciar essas categorias. Além disso, o próprio dólar hoje é criado através de registros contábeis de débitos e créditos entre o FED, o sistema bancário e o público em geral. Por outro lado, os bancos e as empresas ou convertem o dinheiro em capital ou criam capital, real ou fictício, denominados em dólar ou outras moedas.

O Brasil, por exemplo, acumulou em suas relações comerciais com o resto do mundo um saldo na Balança Comercial de 326,7 bilhões de dólares, entre 2000 e 2013. No mesmo período enviou para o exterior 418,5 bilhões de dólares a título de renda de investimentos, segundo os dados do Banco Central. Esses investimentos são constituídos pelo investimento estrangeiro direto (quando a participação estrangeira é superior a 10% do capital), investimento em carteira e outros investimentos. Assim, tudo o que o país recebeu pelos produtos exportados foi devolvido e ainda faltou dinheiro para o pagamento pelo uso do capital estrangeiro, que impregna todo o sistema produtivo nacional. Além disso, expandiu o endividamento interno em títulos para, também, poder acumular as reservas internacionais, comprando dólares e devolvendo esses dólares para o FED em troca de títulos de dívida, acumulados nas reservas, que formam uma parte do capital fictício internacional.

Dessa forma, o domínio dos EUA sobre o sistema mundial e, mais particularmente, sobre os países subdesenvolvidos é realizado através do capital, tanto em sua forma produtiva, através da





implantação de empresas estrangeiras, da associação de empresas nacionais com multinacionais, como em sua forma dinheiro e de capital fictício, através de investimentos estrangeiros diretos e investimentos em carteira.

Esse domínio, também constituído historicamente, coloca parte importante das classes dominantes nacionais, assim como todo o poder do Estado ao serviço da financeirização da economia nacional e mundial. Toda a política econômica, após a crise decorrente dos ataques especulativos contra o Real, em 1998, centrada no tripé constituído pelas metas de inflação, superávit primário e cambio flutuante com a livre mobilidade de capitais atua no sentido do privilégio ao capital a juros e à polpuda remuneração das formas fictícias de capital criadas pela financeirização da economia.

Enfim, deve-se destacar que a maior parte desse capital dinheiro, aplicado a juros em formas fictícias de capital, não contribuem em nada para o desenvolvimento da economia nacional e ao bem estar da maioria da população. Eles atuam parasitariamente, extraindo enormes massas de riqueza, as quais poderiam ser utilizadas para melhorar as condições de vida da parcela mais pobre da população brasileira.





O PODER E A FINANÇA INTERNACIONAL

José Luís Fiori*

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-poder-e-a-financa-internacional/4/31587>

A decisão norte-americana de romper com o acordo de Bretton Woods, e de desregular seus mercados financeiros, tomada na década de 70, junto com a Inglaterra, provocou um efeito em cadeia, nos demais mercados do mundo capitalista, desencadeando um intenso processo de liberalização e globalização financeira, e uma enorme concentração da riqueza líquida mundial, nas mãos dos bancos e instituições afins. Este processo de “financierização” da riqueza capitalista se repetiu em todos os níveis e em todos os mercados nacionais, promovendo uma forte convergência dos interesses da finança em todo mundo. Mas esta convergência não homogeneizou o poder dos bancos e dos mercados, nem mudou a natureza hierárquica e competitiva do sistema monetário e financeiro internacional.

Os bancos centrais e as grandes instituições financeiras privadas que lideraram este processo e que detém um poder real de coerção sobre a política econômica dos estados nacionais têm nome e sobrenome anglo-saxão, e tem sua riqueza nominada – em última

(*) Cientista político e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



instância – na moeda emitida pelos seus dois estados nacionais, ou seja, a libra e o dólar. O crescimento acelerado e aparentemente anônimo destes bancos e destes mercados financeiros obscurece muitas vezes o fato de que:

1) não existe poder financeiro que não esteja referido a alguma moeda nacional, e que não esteja submetido em última instância ao poder do estado emissor desta moeda;

2) não existem moedas, bancos ou mercados globais, o que existe são moedas e bancos nacionais com poder de circulação e arbitragem supranacional;

3) estas moedas de referencia regional ou internacional nunca foram apenas uma escolha do mercado, e sempre envolveram uma prolongada luta e competição entre os estados e suas moedas nacionais, pela conquista e dominação de territórios econômicos supranacionais cada vez mais amplos;

4) é parte do poder dos bancos, agencias e instituições financeiras associadas as moedas vencedoras, impor aos estados e moedas menos poderosos, as regras e condutas compatíveis com o aumento do seu próprio poder. transferindo os custos de seus ajustes internos para sua periferia monetário-financeira.

Por razões diferentes, vários autores liberais e marxistas costumam sublinhar a grande autonomia contemporânea do capital financeiro e a sua capacidade de submeter os estados nacionais e suas políticas econômicas. Como se existisse um “capital financeiro em geral”, e também existisse uma relação idêntica e homogênea entre este capital e os estados nacionais “em geral”. Quando na verdade se trata de uma relação diferenciada e hierarquizada, como sempre foi através de toda a história do sistema da finança e da economia capitalista. Uma história que começou por volta do século XIV, com o poder dos “príncipes” de impor aos seus súditos o valor dos tributos a serem pagos e o valor da moeda com que deveriam pagá-los, e que também serviam como referencia para todas as demais moedas e títulos utilizados nos mercados que começaram a se expandir nesta época à sombra das conquistas territoriais dos “príncipes” que cunhavam as moedas. Esta relação inicial entre tributos, moedas e





trocas, aumentou de intensidade com a expansão das guerras e a necessidade dos príncipes recorrerem ao endividamento junto aos seus comerciantes-banqueiros, num mercado cada vez mais extenso de títulos e moedas onde nasce o primeiro embrião do capital financeiro, na “senhoriagem” das moedas e dos títulos dos poderes ganhadores.

Esta história deu um passo gigantesco e um salto qualitativo, nos séculos XVII e XVIII, com a consolidação do poder dos primeiros estados nacionais europeus, e com a “revolução financeira” provocada pela administração e pela negociação das suas “dívidas de guerra”, que estão na origem do capital financeiro moderno, e do próprio capitalismo europeu. Esta revolução começou na Holanda, no século XVII e se completou na Inglaterra, no século XVIII. Os dois países centralizaram seus sistemas de tributação e criaram bancos públicos responsáveis pela administração conjunta, da dívida soberana, na forma de bônus do estado, e da dívida privada, na forma de letras de cambio, que se transformam na base de um sistema de crédito cada vez mais elástico, criativo e diversificado, mas sempre referido, em última instância, à moeda de conta nacional. E não há dúvida que a fusão entre esta nova finança holandesa e inglesa, a partir de 1689, teve um papel decisivo no fortalecimento e na vitória colonial da Inglaterra, e na projeção internacional da moeda inglesa, a Libra, que foi hegemônica em todo o mundo até sua “quase-fusão” com o dólar norte-americano, durante o século XX. Numa espécie de sucessão “hereditária”, que partiu da Holanda e da Inglaterra, e se prolongou nos Estados Unidos, mantendo a supremacia monetário-financiera anglo-saxônica, inquestionável durante os quatro séculos de história deste capitalismo moderno.

Resumindo: dentro do sistema interestatal capitalista só existiram até hoje, de fato, duas moedas de referência global: a libra e o dólar – uma vez que o Florim, a moeda holandesa, jamais teve a dimensão de uma moeda de circulação internacional - e as duas tiveram e seguem tendo um papel decisivo na construção e na reprodução do poder global e associado das duas grandes potências anglo-saxônicas. Mas nenhuma das duas – nem a libra nem o dólar - se transformou em moeda de referência da noite para o dia. Pelo contrário, a libra só se generalizou como uma moeda de referência





dentro e fora da Europa, a partir de 1870, quase dois séculos depois do início da escalada do poder da Inglaterra dentro e fora da Europa. E o dólar só se transformou numa moeda de referência internacional depois da II Guerra Mundial, mais de um século depois do início da escalada internacional do poder americano.

Durante o período em que estas duas “moedas internacionais” tiveram uma base fictícia de referência metálica, a libra e o dólar tiveram de fato, uma restrição financeira intransponível, imposta pela necessidade de equilíbrio do Balanço de Pagamentos do país emissor da moeda de referência. Mas depois do fim do Sistema de Bretton Woods, em 1973, esta restrição desapareceu, com o novo sistema monetário internacional “dólar-flexível” que não tem nenhum tipo de padrão metálico de referência.

Por isto, se costuma dizer que ocorreu uma “revolução financeira” na década de 1980, mas esta revolução provocou de fato um retorno às origens da relação entre o poder, a moeda e o crédito. Os EUA voltaram a definir, de forma soberana e isolada – com base apenas no seu poder – o valor da sua moeda e dos seus títulos da dívida pública que se transformaram numa referência de circulação e liquidez internacional quase automática. E a mais recente “financieirização do capitalismo” cumpriu um papel decisivo na gigantesca acumulação de poder do estado norte-americano, das duas últimas décadas do século XX. Concluindo: enquanto se mantiver a centralidade internacional da moeda norte-americana, e dos mercados financeiros dos EUA e da Inglaterra, as finanças dos dois países seguirão operando como instrumentos fundamentais da reprodução e expansão do poder global e da hegemonia econômica das duas potências anglo-saxônicas. Neste sentido, a defesa e a constituição de bancos centrais independentes, ao redor do mundo, transformou-se numa peça central da política externa norte-americana e inglesa, não pelas razões alegadas pelos economistas em geral, mas pelo fato de que os bancos centrais independentes e a desregulação dos mercados financeiros é que garantem a eficácia das sanções monetário-financeiras que hoje operam como o segundo grande instrumento do poder global anglo-americano, e de sua capacidade de punição e de intervenção na política interna dos demais países.





AINDA SOBRE O PODER DO FINANCISMO

Paulo Kliass*

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Ainda-o-poder-do-financismo/4/31596>

O processo de ampliação e extensão do capitalismo ocorre conjuntamente à tendência de concentração e internacionalização de suas atividades econômicas. O sistema só se mantém vivo graças ao seu próprio movimento de expansão, naquilo que passou a ser conhecido também como reprodução ampliada do capital.

As necessidades desse tipo particular de crescimento supõem novos espaços para a realização da dinâmica da acumulação. Assim, setores e ramos que não eram ainda marcados por relações de produção tipicamente capitalistas passam a ser incorporados ao centro da modernidade conservadora, com avanços de processos de assalariamento nas relações com a força de trabalho e de mercantilização explícita dos bens e serviços gerados na escala econômica.

Assim, toda a complexa rede do processo produtivo no campo e no espaço rural converte-se ao “modus operandi” da ló-

(*) Paulo Kliass é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira do governo federal, e doutor em Economia pela Universidade de Paris 10.



gica do capital, tanto nas atividades agrícolas como na pecuária. Por outro lado, a produção industrial capitalista em sentido estrito também se amplia pelo lado dos serviços, que passam cada vez mais a serem gerados e ofertados na forma de mercadorias. Trata-se do caminho inevitável rumo à generalização crescente das relações capitalistas no âmbito das mais variadas e diversas sociedades, espalhadas por todos os continentes.

Imperialismo, globalização e mundialização são termos genéricos para se referir ao processo de superação das barreiras geográficas e dos limites dos Estados nacionais no processo de consolidação desse modo de produção. À medida que se afirma como a forma hegemônica de organização social, o capitalismo se impõe sobre as demais tentativas de articular a produção e a distribuição de bens e serviços. A organização em torno de grandes conglomerados empresariais oferece a possibilidade de gerar ganhos econômicos em escala e permite avançar na conquista de mercados por meio da redução de custos e de preços.

A lógica da acumulação crescente de capital impõe a necessidade da sustentação e da sobrevivência de imensos e poderosos grupos econômicos. Os oligopólios se assentam como a marca do capitalismo concentrador, com sua dominação sobre os mercados e a prevalência sólida e articulada dos agentes de oferta sobre a pulverização da estrutura fragilizada da demanda. A antiga marca do liberalismo econômico se vê cada vez mais abandonada na realidade da dinâmica do capital.

O sonho utópico da busca de um equilíbrio perfeito – a partir da liberdade de ação das forças de oferta e demanda – se desfaz a partir do enfrentamento da dureza da realidade concreta. A profunda assimetria de poder existente entre o mundo das empresas e o universo dos consumidores evidencia a natureza da exploração.

Por outro lado, o processo de acumulação de capital se verifica com a tendência ao fortalecimento de sua dimensão financeira. Num primeiro momento, tratava-se de uma natureza que dizia respeito à simples articulação entre o capital indus-





trial e o capital bancário. As necessidades impostas à dinâmica da acumulação e a forte concorrência intercapitalista forçavam os industriais a buscarem recursos antecipados sob a forma de empréstimos e outras formas de crédito. Assim, dessa simbiose entre as empresas produtoras e os bancos no início do século XX nascia uma forma inovadora de capital – o financeiro.

Ocorre que a própria particularidade da evolução do capitalismo, em suas formas de manifestação mais sofisticadas, introduz elementos de complexidade para a sobrevivência do sistema de forma harmônica. Nesse caso em especial, pouco a pouco a esfera financeira passa a adquirir uma autonomia crescente frente às demais, uma quase independência. Aquilo que havia surgido como uma espécie de casamento entre a esfera industrial e a bancária, ganha vida própria. São interesses, aspectos institucionais, formatos empresariais e uma lógica específica de operação e funcionamento.

Não se trata mais da figura ultrapassada do industrial ou do conglomerado produtor de mercadorias. O coração dinâmico da acumulação de capital abrangeu inúmeros novos setores, ampliou seu raio de ação para mercados e países de forma transcontinental. O poder efetivo e o centro de decisões estratégicas do sistema foram transferidos para um espaço seletivo de atores: o financismo.

A transformação ocorrida nos países do antigo socialismo e a consolidação da hegemonia do ideário neoliberal permitiram a cristalização do poder dessa nova ordem econômico-financeira em escala planetária. Os espaços nas organizações multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a União Européia (UE), entre outros, passou a operar na defesa dos interesses desse novo modelo. O mesmo se dá no âmbito das universidades e dos centros de pesquisa, com a tentativa de esmagamento de toda e qualquer visão alternativa ao padrão ditado pelo financismo.

Finalmente, esse tipo peculiar de fusão de interesses passa a ocupar o espaço no interior dos grandes meios de comunicação. Jornais, revistas, rádios, emissoras de televisão, portais de internet insistem em tom monocórdico. A defesa incondicional



dessa forma de dominação do capital se expressa na sigla TINA: “there is no alternative”, que em inglês significa que não haveria alternativa. Os livros mais vendidos de Francis Fukuyama se encarregavam de avisar que estaríamos frente ao fim da história. A sofisticação dos mecanismos de acumulação de capital operava como cortina de fumaça para uma trajetória que não se sustentaria por muito tempo. A retórica do financês inacessível só fazia adiar a explosão, semelhante à crônica do cataclismo anunciada.

A crise iniciada em 2008, no coração do mercado financeiro norte-americano, escancarou a contradição do modelo. No entanto, os interesses contrários não foram eficazes o suficiente para articular um caminho diferente. À falta de força política capaz de forjar uma proposta alternativa, o poder do financismo apenas se acautelou e se resguardou para minimizar as perdas verificadas ao longo do período da travessia. A tão necessária regulação de mercados em escala mundial foi descartada. As propostas para tributação das transações financeiras foram novamente adiadas. As sugestões para romper as bases do modelo intrinsecamente desigual e concentrador entraram em compasso de espera. Até mesmo as buscas por paradigmas que incorporem a sustentabilidade como elemento estrutural não avançaram. Enfim, a triste realidade é que muito pouco foi feito.

Um sobrefôlego enganador, marcado por pequenas pitadas de políticas de inspiração keynesiana em alguns países, serviu como fonte de otimismo para mudanças que não surgiram na sequência. E o poder do financismo, mais uma vez, se revelou inabalável e inalterado. Segue valendo a mesma lógica da destruição da economia real para satisfazer as necessidades de ganhos virtuais.

“Quosque tandem abutere patientia nostra?” A famosa expressão de Cícero, lançada no Senado da Roma Antiga, cabe de forma bastante adequada para expressar a indignação que se generaliza pelo mundo afora. Até quando o poder financeiro vai continuar exercendo tal dominação devastadora?





SOB O TACÃO DE FERRO DO CAPITAL FINANCEIRO

Rosa Maria Marques*

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Sob-o-tacao-de-ferro-do-capital-financeiro-internacional/4/31600>

Mais uma vez o país irá realizar sua eleição presidencial sem que a crise econômica mundial mostre sinais de superação. Essa crise, que ora fustiga de maneira mais aguda a região da Europa, elevou o desemprego a taxas nunca antes vistas em países europeus e serve como justificativa para redução de salários, do valor das pensões e aposentadorias e, inclusive, do seguro desemprego, entre tantos outros avanços sobre os direitos sociais e trabalhistas que estão ocorrendo principalmente na Grécia, Espanha e em Portugal. Tudo em nome dos Estados recuperarem sua capacidade de pagamento de suas dívidas aos credores.

Neste momento, tal como visto ao longo do último ano, os principais veículos de comunicação do país insistem em dizer que a economia brasileira está à beira do caos, seja porque estaria havendo uma “retomada do ímpeto da inflação” e uma “estagnação” da produção, seja devido à situação da balança comercial ou à chamada

(*) Rosa Maria Marques é economista, professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Puc-São Paulo.



(des) industrialização. O que essa mesma mídia não enfatiza é como, apesar disso tudo, e aparentemente de forma contraditória, o nível de desemprego continua baixo, o grau de formalização do trabalho seja o mais alto “da história desse país” e o consumo se mantenha elevado. Também essa mesma mídia não explica - a não ser sustentando que o povo não sabe votar, não sabe o que é de seu interesse - a alta intenção de votos que Dilma mantém na corrida presidencial. E não é por acaso que ela, a mídia, não faz nenhum esforço no sentido de explicitar o que significa um país como Brasil estar integrado na dinâmica do capitalismo contemporâneo.

OS TRAÇOS GERAIS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Há muito que, entre os economistas, acumulam-se contribuições que analisam os traços gerais do capitalismo contemporâneo, que o distingue frontalmente do período dos trinta anos que se seguiram à II Guerra Mundial (GM). Entre essas contribuições destacam-se as de François Chesnais, Michel Husson, Gérard Duménil, Dominique Lévy e Louis Gill, alguns destes bastante conhecidos pelos leitores brasileiros, pois tiveram suas obras traduzidas para o português. Neste espaço do Seminário Virtual ‘A internacional do Capital Financeiro’, já foram publicados importantes aportes que retomaram a trajetória do retorno ao centro das relações econômicas e sociais do chamado “capital financeiro” e aprofundaram aspectos dessa dominância. Não cabe, portanto, repetir o que aqui já dito, mas é importante termos presentes os traços que caracterizam o capitalismo contemporâneo, no qual o Brasil se insere.

O que significa dizer que o capitalismo mundializado é dominado pelo capital financeiro (capital a juros, em Marx), no qual se desenvolve de maneira exacerbada sua face mais perversa, o capital fictício? Significa que a busca pela rentabilidade do “fazer dinheiro com dinheiro, sem passar pela produção” é a prioridade primeira do capital e que ela se expressa como uma ofensiva política de classe com alcances mundiais. Essa maneira de fazer dinheiro, que atua na esfera da circulação, não tem nenhum compromisso com a produção





e o emprego e é movida pela lógica de curto prazo. Assim atuando, essa dominância do capital fictício deprime o investimento e impõe um ritmo de crescimento muito baixo e elevadas taxas de desemprego, ao contrário do que ocorreu no período dos trinta anos que se seguiram ao fim da II GM.

Mas para que esse capital voltasse a ser dominante foi necessário haver uma ruptura com relação às condições que conformavam o período anterior, tanto no que se refere às regulamentações que impediam ou cerceavam sua liberdade de ir e vir entre nações, como as que restringiam seu campo de ação no interior dos países. Ao mesmo tempo, o que muitas vezes é esquecido, foi necessário haver uma mudança na relação de forças entre as classes dominantes e os trabalhadores. Para isso, as derrotas infringidas por Thatcher e Reagan aos trabalhadores, bem como a dissolução da União Soviética, foram fundamentais. Essas foram as respostas dadas pelo capital para o esgotamento relativo do período anterior, quando a taxa de lucro das principais economias do mundo passaram a apresentar redução. Sem isso presente, não se pode entender como foi possível ao capital fictício ser alçado à posição que hoje detém e explicar o período anterior. O retorno da dominância do capital fictício deu-se, então, com bases muito mais profundas e complexas do que no passado (final do século XIX até 1929): foi acompanhado pela construção de uma nova relação entre os diferentes componentes do capital (a juros, industrial e comercial) e por uma nova correlação de forças entre o capital e o trabalho, desfavorável a este último.

Nessa situação, tanto o capital a juros quanto o industrial e o comercial (que atualmente atuam de forma imbricada) não têm nenhum interesse em algo parecido com o pleno emprego. A manutenção de desemprego elevado é condição para a continuidade da nova situação criada a partir dos anos 1980: busca pela recuperação dos níveis anteriores da taxa de lucro, baixo crescimento, e aumento colossal do volume do capital a juros aplicado em títulos de todos os tipos e em ações, praticamente no mercado secundário, o que lhe configura o caráter de fictício, e ainda em derivativos. Isso significa que não há, no marco do processo de acumulação mundial atual,



a possibilidade de crescimento econômico expressivo e duradouro, com exceção da China.

O BRASIL E AS RESTRIÇÕES IMPOSTAS POR ESSA DOMINÂNCIA

É dentro desse quadro geral que se insere a economia brasileira.

Como se sabe, desde o governo Lula, houve ampliação do mercado interno mediante políticas de valorização do salário mínimo e de transferência de renda para a população mais pobre do país (Programa Bolsa Família), mas também via abertura de crédito para os segmentos de renda baixa e média e redução de impostos indiretos, principalmente sobre alguns produtos industrializados e da cesta básica.

Essa ampliação de mercado, com baixo impacto sobre as importações, seria, em teoria, um elemento garantidor da manutenção de certo nível de crescimento independente da dinâmica internacional e, de fato, em muito auxiliou para que o desempenho da economia brasileira não fosse negativo quando do impacto maior da crise mundial e de seus desdobramentos. Parte importante do nível de ocupação existente deve-se ao conjunto dessas políticas.

Mas a manutenção do regime de câmbio flexível e a prioridade na obtenção de elevado superávit primário e de baixa inflação, principais componentes da política macroeconômica adotada desde os governos FHC, fizeram do país um dos principais centros de captação da liquidez internacional (em grande parte aumentada pela política monetária realizada pelos EUA para fazer frente à crise do último período), fragilizando sua posição internacional, pressionando a valorização do real e a permanência de elevadas taxas de juros.

O resultado disso, como também é sabido, foi uma persistente deterioração da conta de transações correntes, tanto pela deterioração da balança comercial pelo efeito câmbio como pelo crescimento das remessas a título de lucros e dividendos dos capitais aqui ingressados. Como já foi dito neste Seminário Virtual, parte significativa dos capitais estrangeiros que entram no país são capitais fictícios, seja na forma de IED, de aplicações na Bolsa





e em derivativos. O estoque desses capitais superam largamente o volume das reservas internacionais e a qualquer momento podem alterar suas posições, posto que são suscetíveis às mudanças de humores do capital internacional.

Mantidas as condições macroeconômicas gerais (o chamado tripé), a margem de manobra que o governo tem para impulsionar a economia é cada vez mais estreita, pois a via do consumo mediante a valorização da renda da população de baixa e média renda tem um limite. A manutenção de elevados superávits primários e a ausência de controle da entrada de capital limitam a atuação do investimento estatal e o gasto na área social, e sustenta um real valorizado, deprimindo as exportações e impedindo que uma redução da taxa de juros seja duradoura.







O IMPÉRIO (DA ALTA FINANÇA) CONTRA-ATACA

Sebastião Velasco e Cruz*

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Imperio-da-alta-financa-contra-ataka/4/31626>

A melhor defesa é o ataque. Certo? Nem sempre. Mas quando o agente em causa detém posição de força, quando é – ou ainda é – mais poderoso que seus oponentes, a contra-ofensiva pode ser uma estratégia vitoriosa.

Esta, pelo menos, tem sido a aposta do capital financeiro, e de seus acólitos – no Brasil e por toda parte.

Senão, vejamos. Nos anos 30 do século passado, Keynes chegou a falar em eutanásia do rentista. Dissipadas as cinzas da segunda guerra, assentadas finalmente as bases para um novo – e sob muitos aspectos surpreendente – surto de desenvolvimento capitalista em escala internacional (os “30 anos gloriosos”), logo se viu que os representantes dessa espécie não foram levados a nada tão drástico.

É verdade, foram submetidos a disciplinas rígidas e a uma dieta parcimoniosa. E quando saíam da linha eram chamados à ordem por vigilantes severos. Mas podiam se dedicar tranquila-

(*) Sebastião Velasco e Cruz é professor titular de Ciência Política e Relações Internacionais da Unicamp.



mente às suas atividades rotineiras – que eram tidas por socialmente úteis, ainda que nada heroicas.

Foi assim até que as contradições da ordem político-econômica instaurada sob a batuta dos Estados Unidos – que lhe garantiam a proteção e lhe emprestavam a moeda – estalaram na grande crise da década de 1970, que tem na estagnação o seu traço característico mais notório.

Não há lugar aqui para discutir os movimentos profundos que levaram a esse estado de coisas, nem para inquirir sobre a relação que porventura mantenham com os grandes deslocamentos produzidos simultaneamente no plano da geopolítica mundial.

Importa é registrar que, no desenrolar da crise – em parte pelas medidas sem precedentes adotadas em reação a ela (a ruptura do regime de Bretton Woods, pela decisão unilateral dos Estados Unidos de por fim à convertibilidade do dólar), em parte pelo reiterado fracasso dos instrumentos de política econômica consagrados – pouco a pouco a credibilidade das instituições que calçavam a antiga ordem foram sendo minadas. E a disciplina de internato (para meninos ricos, é certo, mas internato *quand même*) a que foram submetidos os nossos personagens passou a ser cada vez mais fortemente criticada. Contra a “repressão financeira”, a liberdade dos mercados auto-regulados – esse o adágio.

Liberdade... o que não se abriga na generosidade dessa ideia? Liberados das regulações administradas por burocratas cinzentos, os gênios das finanças saíram a campo, e logo puseram em prática suas ideias maravilhosas. A cada dia uma nova. As consequências são conhecidas. Depois de um longo período de monotonia, a economia mundial passou a conviver novamente com as emoções das crises financeiras, os altos e baixos da bolsa, as disparadas nos mercados de moedas... É certo, muitos dos financistas ficavam no caminho. Mas outros saíam do turbilhão ainda mais fortes – o que só lhes aumentava a aura. Super-ricos, distintos, sedutores, heróicos.

Aos poucos, a relação peculiar que os agentes do capital financeiro mantêm com a vida – a prevalência do cálculo de oportunidades no curto prazo, a auto-referência, a abstração exacerbada





– invade o capital produtivo, e extravasa para outras esferas de atividade, como uma doença viral. Nesse processo, o capitalismo muda de figura, e ganha traços distintos, que os analistas procuraram sintetizar com a ajuda de fórmulas mais ou menos sugestivas, mais ou menos elegantes, como “capitalismo patrimonial”, “capitalismo financeirizado”, ou simplesmente “capitalismo neoliberal”.

Sabemos todos onde vai dar a história (ou melhor, esse capítulo da história, porque essa é uma história sem fim, pelo menos até o momento em que a humanidade consiga colocar em prática uma forma de organização socioeconômica alternativa ao capitalismo, em escala global). O estouro da bolha hipotecária nos Estados Unidos, a descoberta aterradora de que – dada a opacidade dos instrumentos gerados pela imaginação criadora dos financistas (os chamados ativos tóxicos) – ninguém sabia ao certo em que posição encontrava-se na cadeia de débito e crédito; a corrida aos bancos que se seguiu, em setembro de 2008, à falência do Lehman Brothers.

No auge da crise, quando o Tesouro americano montava às pressas um plano de salvamento dos grandes bancos e enfrentava uma verdadeira tempestade para fazê-lo aprovar no Congresso parecia que a festa do capital financeiro estava acabada. Nesse momento, com milhões de famílias descobrindo, atônitas, que suas poupanças tinham se esfumado, vozes das mais autorizadas anteviam o colapso do fundamentalismo de mercado e poucos discordavam de George Soros, segundo o qual se estava a viver o fim de uma era.

Então, economistas aclamados – como Paul Krugman e Joseph Stiglitz, ambos detentores do Prêmio Nobel – defenderam a estatização dos bancos semi-falidos – para sanear-los e devolvê-los mais tarde à iniciativa privada, sem dúvida, mas estatização ainda assim, com tudo que nessa medida havia de chocante para o consenso ideológico prévio.

Esse período, em que o governo americano transforma um conclave solonento de ministros de economia em palco de negociações das finanças globais, ficará marcado por essas imagens emblemáticas: na primeira reunião do novo G20, realizada na sede



do FMI, em Washington, Bush aparece inopinadamente, e toma acento ao lado de Guido Mantega, que continua a dirigir a reunião como se nada acontecera, tudo isso diante das câmaras de TV, que transmitem para o mundo inteiro a cena quase inacreditável.

Nas duas esferas – na política doméstica, e nas relações internacionais – o capital financeiro estava na berlinda, e os ventos pareciam soprar a favor das propostas de mudanças acentuadas.

De fato, por quase dois anos, o debate sobre programas de reformas financeiras tomou conta do noticiário. Mas, em ambos níveis – no plano doméstico e na arena internacional – o resultado alcançado foi pífilo.

Nos Estados Unidos, o Congresso aprovou, em julho de 2010, um projeto de lei que alterava a regulação do sistema financeiro e criava novos mecanismos de defesa do consumidor (a lei Frank-Dodd). Mas apenas depois de renhida batalha, da qual a proposta de reforma saiu com muitos dentes quebrados. Não foram impostos limites ao tamanho dos bancos; a regulação dos derivativos não se tornou mais rigorosa.

Na arena internacional, também, as mudanças foram cosméticas. No início, houve muito alarde a respeito de reformas que poriam fim ao predomínio absoluto do modelo anglo-saxão de finanças, impondo regras de conduta mais rigorosas aos bancos, disciplinando a atuação dos hedge funds e das agências de avaliação de risco, justamente suspeitas de cumplicidade com as instituições que deveriam monitorar. Mas, cinco anos depois, as taxas de capital próprio requeridas dos bancos continuavam muito baixas, os fundos especulativos seguiam agindo sem maiores restrições, e as agências de avaliação de risco ainda davam suas notas (a empresas e países) imbuídas de incontestável autoridade.

Se o que define uma crise (uma grande crise) são os seus efeitos sobre as formas institucionais, não caberia falar, nesse caso, em crise, salvo se apelarmos a um oxímoro e nos referirmos a ela como uma crise normal¹.

1. É o que faz Eric Helleiner, em seu último livro, *The Status Quo Crisis. Global financial governance after the 2008 meltdown*





Não há como entender esse resultado se não levarmos em conta, além do poder dos banqueiros, o significado estratégico que o controle sobre as engrenagens do mercado financeiro em escala mundial adquire para os Estados Unidos. Se quiserem levantar uma ponta do véu que cobre o fenômeno, reparem na maneira como as sanções unilaterais contra o Irã e, agora, a Rússia operam.

Pois é de mãos dadas com o Estado – não apenas desse Estado – que, vencido o susto e contida a onda, o Império da alta finança contra-ataca.

A ofensiva se faz em inúmeras frentes, mas vou me ater aqui a uma delas. Refiro-me à negociação do acordo secreto sobre comércio de serviços financeiros, lançada em fevereiro do ano passado, cujos termos vieram à tona recentemente, a partir de um documento vazado pelo Wikileaks.

Como soe acontecer em textos dessa natureza, ele é lacunar e vem repleto de colchetes, com redações alternativas sobre tal ou qual item, acompanhadas de indicações sobre a origem de cada uma delas.

O documento divulgado é parte de uma negociação muito mais ampla (TISA, na sigla em inglês), que envolve uma lista não exaustiva de mais de uma dezena de temas, e 27 países, capitaneados pelos Estados Unidos e pela União Européia. Salta aos olhos a presença, na lista de participantes, de vários países próximos a nós – como o Chile, o Paraguai, o Peru, a Colômbia, e o México – e a ausência de alguns atores de peso: o Brasil, a Índia, a Rússia, a China e a África do Sul (vale dizer, os Brics), além de um rol de países – da Argentina à Venezuela – que a internacional financeira define como companhias pouco recomendáveis.

Os analistas que se debruçaram sobre esse documento salientam o caráter preliminar de seus comentários, que só poderão ganhar maior solidez quando todo o material relativo à negociação puder ser examinado. A depender da vontade dos governos envolvidos, porém, esse momento não acontecerá tão cedo, pois a regra de estrito sigilo que rege suas tratativas estende-se pelos cinco anos subseqüentes à adoção do acordo negociado.



Mesmo assim, algumas das características do projeto são bastante claras: ele procura fazer, em ambiente de clube, o que as partes interessadas não conseguem em fóruns multilaterais.

Contrariando o princípio da não-discriminação, essencial ao regime multilateral de comércio, esse acordo prevê que as regras por ele estabelecidas valerão apenas para os países signatários. Trata-se, portanto, de um acordo discriminatório, ou, se quiserem, preferencial.

O objetivo geral buscado com ele é o de criar normas internacionais que consagrem a liberalização financeira e dotem os agentes privados de instrumentos hábeis para contestar juridicamente qualquer iniciativa do poder público (nacional ou subnacional) suspeitas de violar as regras acordadas.

Há muitas outras coisas que poderiam ser – e têm sido – ditas sobre esse acordo, com base no pouco que transpirou a seu respeito até o presente. Mas neste final de artigo, devo limitar-me a este registro sumário, e chamar a atenção do leitor para dois pontos sem conexão aparente com a matéria: a disposição expressa no programa de governo da oposição demo-tucana de aderir à negociação do pacote de serviços (que inclui os “serviços financeiros”), e o enorme contraste entre a ambição que o embala e os móveis dos Brics, ao criar o seu banco de desenvolvimento e seu fundo de estabilização, na cúpula de Fortaleza, em julho próximo passado.

A convergência desses três movimentos – o acordo sobre serviços financeiros, o programa da oposição, e o último lance dos Brics – sugere a conclusão que o tamanho desse artigo já pede: o contra-ataque da alta finança se efetua, em plano global, mediante uma série de combates encadeados. Um deles, de alcance estratégico, está sendo travado aqui no Brasil, exatamente agora.



O CAPITAL FINANCEIRO E A ECONOMIA BRASILEIRA

Mauricio de Souza Sabadini*

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-capital-financeiro-e-a-economia-brasileira/4/31662>

Inicialmente, é de se registrar a importância de debates como esse promovido pela Carta Maior envolvendo uma temática, o capital financeiro, que sempre esteve no centro das discussões de autores clássicos, e que, historicamente, tem provocado sensíveis mudanças no padrão de acumulação da economia mundial ao longo das últimas décadas do século XX e início do século XXI. De fato, um processo de reconfiguração que afeta diretamente a geopolítica mundial, cujos centros hegemônicos do poder político e econômico, imperialistas por essência, intensificaram o processo de apropriação da riqueza gerada, sobretudo, no interior das economias periféricas.

Com intuito de contribuir para o debate proposto, o objetivo aqui será o de caracterizar, mesmo que brevemente, o objeto do seminário, ou seja, o capital financeiro, para depois tratar da inserção da economia brasileira na dinâmica capitalista contem-

(*) Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tutor do grupo PET Economia/UFES (SESU/MEC).



porânea, dinâmica esta que tem nesta forma autonomizada do capital uma expressão, como não poderia deixar de ser, fortemente internacionalista e exportadora de capitais.

CAPITAL FINANCEIRO

Antes de qualquer coisa, é preciso minimamente entender do que se trata o capital financeiro, até mesmo para qualificar o debate proposto. O termo, muito utilizado tanto no círculo acadêmico quanto na imprensa em geral, ganhou expressão na obra de Rudolf Hilferding intitulada “O capital financeiro”, publicada em 1910.

Hilferding foi um economista austríaco com passagens pelo Ministério da Fazenda da Alemanha e um intelectual ligado ao então Partido Social-Democrata alemão. Nesta obra desenvolveu temas fundamentais para a análise do capitalismo investigando o sistema de crédito, as Sociedades Anônimas, os dividendos e o lucro de fundador, as bolsas de valores, o capital financeiro, o capital fictício, as crises, a exportação de capital e o imperialismo.

O entendimento do termo capital financeiro em sua obra é carregado de ambiguidade. Encontramos ao menos três formas de compreendê-lo, sendo que tais leituras carregam entre si semelhanças e diferenças significativas. Por falta de espaço, destacaremos apenas uma delas, a que chamamos de visão tradicional, seguramente a mais utilizada na literatura acadêmica, a saber: o capital financeiro como a junção do capital bancário com o produtivo, sendo que o primeiro exerce uma função de dominação em relação ao segundo. Foi a partir desta relação direta entre as esferas financeira e produtiva do ciclo do capital, que guarda em sua essência a relação de financiamento da atividade produtiva pelo sistema bancário, é que podemos compreender, por exemplo, o processo histórico de industrialização pesada de boa parte dos países periféricos, tendo como base a evolução do sistema de crédito internacional.

E na atualidade? Este conceito de capital financeiro acima indicado nos permite compreender a lógica especulativa do ca-





pitalismo contemporâneo? Acreditamos que, em sua totalidade, não; ele tem seus limites. A dinâmica capitalista mundial foi alterada, o processo de acumulação capitalista reconfigurado, re-colocando no debate a compreensão do capital financeiro inserido em uma lógica voltada mais para os ganhos especulativos advindos das transações financeiras do que propriamente pela via do financiamento produtivo. Isso, ao mesmo tempo em que o trabalho, cada vez mais precarizado e intensificado, continua central no processo de criação de riqueza. Assim, esta visão do capital financeiro passa a ser insuficiente para um entendimento mais apurado da dinâmica do capitalismo contemporâneo. Acreditamos que o capital fictício, representado, por exemplo, pelas ações e títulos negociados nas bolsas de valores e que expressam um caráter mais fetichista do dinheiro gerando dinheiro ($D - D'$), fornece uma melhor visão do processo atual. A pura essência do jogo especulativo passa a ter, então, um lugar de destaque no ciclo global.

É a intensificação da especulação que tem, por um lado, um crescimento exponencial de ativos financeiros que transitam nos mercados financeiros na busca de absorver excedente criado na produção e, por outro, a criação dos lucros fictícios, conforme nossa elaboração, que caracteriza de maneira marcante alguns traços do capitalismo contemporâneo. Os principais atores que manejam esta estrutura são os bancos e os chamados investidores institucionais (fundos de pensão, fundos de investimentos, fundos especulativos etc).

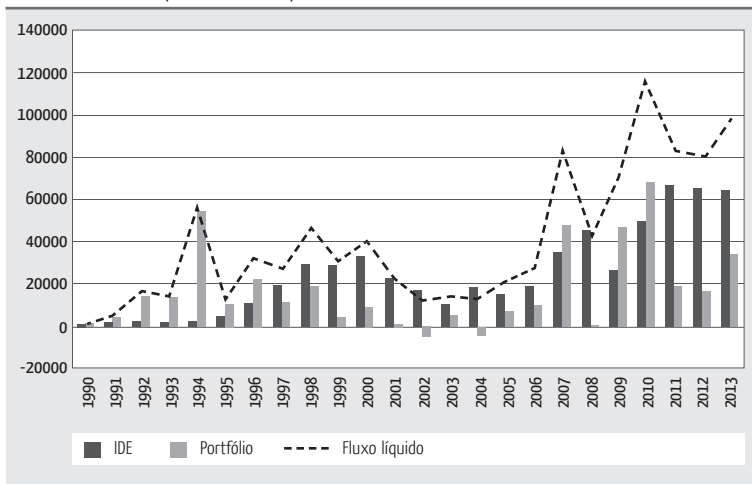
Somente a título de exemplo, o estoque de ativos financeiros no mundo foi da ordem de 12 trilhões de dólares em 1980, aumentando para 96 trilhões de dólares em 1999, e totalizando 209 trilhões de dólares em 2010; já o PIB mundial, que era de 11,8 trilhões de dólares em 1980, passou para 55,9 trilhões de dólares em 2010. O crescimento deste volume financeiro pode ser entendido a partir das mudanças históricas vividas pelo capitalismo ao longo das últimas décadas, servindo para “revitalizar”, mesmo que contraditoriamente, a taxa de lucro capitalista.



O BRASIL E A REINserÇÃO SUBORDINADA

Esta dinâmica capitalista mundial afetou, evidentemente, a economia brasileira de maneira muito clara. Uma das formas de se observar este processo pode ser visualizada pelo Gráfico seguinte, que nos indica o fluxo líquido de capitais externos à procura de valorização, quer seja pela via do Investimento Direto Estrangeiro (IDE - participação no capital das empresas sediadas no país e os empréstimos intercompanhia) quer pela via da conta de portfólio (aplicações em títulos, ações e renda fixa). A série histórica nos sugere transformações significativas pós anos 1990, principalmente a partir de 1992.

Fluxo de capitais, por categorias
Brasil, 1990 - 2013 (em US\$ milhões)



Fonte: Bacen. Elaboração nossa.

Os marcos históricos que caracterizam o início desta mudança englobam, dentre outros, a liberalização financeira, passando pelas políticas de desregulamentação e estímulo aos capitais externos atraídos pelo pagamento de altas taxas de juros. Porém, sem entrar no debate dos possíveis aspectos positivos e/





ou negativos da entrada de capitais externos na economia brasileira, o fato é que uma grande parte deste capital, de cunho especulativo, recolocou a economia nacional nos parâmetros ditados pela nova dinâmica da acumulação capitalista mundial, na qual o nexu imperialista com o capital fictício se intensificou, subordinando ainda mais a política econômica interna aos ditames financeiros. Daí, a adoção de políticas de regimes centrados, por exemplo, nas metas de inflação, superávit primário, câmbio fluante e juros elevados, visando garantir a remuneração do capital fictício sob a forma da dívida pública.

E suas dimensões não se resumem somente aos efeitos diretos sobre a dimensão macroeconômica, pela via de uma política econômica que historicamente tem provocado baixo e instável crescimento econômico, acompanhado por uma exponencial concentração de renda e propriedade, mas também pela influência direta dos fundos financeiros detentores das ações das empresas - muitas delas empresas estatais que foram privatizadas e que entraram em processo de fusão -, com seus parâmetros de rentabilidade diretamente associados aos rendimentos da esfera financeira. As consequências deste processo são, por um lado, a transferência direta da riqueza gerada para a burguesia nacional e internacional, implicando redução de gastos em áreas prioritárias, como saúde, segurança, educação, infraestrutura, saneamento básico etc, e, por outro, reestruturação produtiva, adoção da política de governança corporativa, normalmente seguida de intensificação do trabalho no interior das empresas e associada a um aumento no grau de precarização do trabalho.

Ao mesmo tempo, os recursos orçamentários, provenientes dos impostos pagos pelos trabalhadores, continuam sendo direcionados em sua maior parte para pagamento dos serviços da dívida pública, perfazendo ao longo dos últimos anos algo em torno de 40% do orçamento da União, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida. Por outro lado, setores como os da saúde, educação e saneamento totalizaram somente cerca de 4%, 3% e 0,04% dos recursos, respectivamente.





Fruto também do processo de desnacionalização da economia brasileira, e que se expressa no Gráfico anterior pelo IDE, o envio de remessas de lucros e dividendos para o exterior tem crescido ao longo das últimas décadas. Dados do Banco Central do Brasil (BACEN) indicam que a remessa de lucros e dividendos (líquido) do país saiu de 1,8 bilhão de dólares, em 1990, para 26 bilhões de dólares em 2013, representando transferência de riqueza para o exterior.

A reinserção subordinada e periférica de nossa economia à dinâmica integrada de uma parte autonomizada do capital, representada aqui pelo capital fictício, especulativo por natureza, caracterizou portanto a trajetória da economia brasileira ao longo das últimas décadas. Um movimento que reinventa o nosso subdesenvolvimento, que é resultado histórico e estrutural do capital, ao atual padrão de acumulação mundial.

Em que pese estas indicações, evidentemente não podemos aceitar, como os conservadores apregoam, o determinismo do “fim da história” ou do “fim da política”, ou mesmo saídas econômicas muitas vezes descoladas da correlação de forças que as envolve e as determina. Temos sim a capacidade de, mesmo que gradativamente, melhorar ou alterar esta relação de subserviência, conquistando minimamente certa autonomia na condução dos destinos de nosso país. Os limites do reformismo novamente estão postos frente às crises capitalistas atuais, crises estas que podem abrir perspectivas diferenciadas para o futuro das nações. Os momentos históricos para isso por vezes aparecem, por vezes são criados. Algumas vezes não os aproveitamos. É preciso, antes de tudo, não desperdiçá-los. Se a história é feita por nós, tudo é possível.



RENTISMO, FISSURAS NO BLOCO NO PODER E AS ELEIÇÕES

Rodrigo Alves Teixeira*

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Rentismo-fissuras-no-bloco-no-poder-e-as-eleicoes-presidenciais/4/31749>

Como é sabido, apesar da vitória eleitoral de um partido de esquerda e que historicamente foi opositor das políticas neoliberais, o governo Lula não mudou, de imediato, as bases da política macroeconômica do governo FHC. Ainda durante o período eleitoral, diante do terrorismo do mercado financeiro, o PT divulgou a famosa “Carta aos Brasileiros”, garantindo que, sendo eleito, não iria mudar a condução da economia.

A política macroeconômica havia sido capturada pelos interesses do mercado financeiro. Porém, paulatinamente tais interesses foram perdendo sua influência, tendo o ápice deste processo se dado no governo Dilma. Não sem razão, portanto, o mercado financeiro nas eleições de 2014 tem criticado duramente o governo Dilma e dado apoio aos candidatos da oposição.

(*) Doutor em Economia, professor do Departamento de Economia da PUC-SP e secretário-adjunto de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de São Paulo.



Para entender estas questões, desde a postura contraditória do governo Lula com relação às posições históricas do PT, bem como os desdobramentos mais recentes com os ataques do mercado financeiro ao governo Dilma, é necessário, numa perspectiva de economia política, sairmos do campo estritamente econômico, com seus embates teóricos e prescrições de políticas (*policy*), e nos deslocarmos para o campo da política (*politics*) e das relações de classes e grupos de interesse.

Durante o governo de FHC, consolidou-se a hegemonia da fração bancário-financeira do capital no interior do Bloco no Poder, fazendo aqui referência ao conceito do teórico Nicos Poulantzas. Isto se expressava pelo poder dos interesses ligados ao mercado financeiro, doméstico e internacional, em ditar os rumos da política econômica, sobrepujando as demais frações do capital (em especial os segmentos do capital produtivo). Esta influência era exercida seja indiretamente, por meio da influência do mercado financeiro nos meios de comunicação, seja diretamente, com postos-chave do comando da política econômica sendo ocupados por profissionais francamente favoráveis aos seus interesses ou mesmo egressos de seus quadros, ou ainda com as constantes ameaças de fugas de capital e crise cambial (algumas das quais se efetivaram) por parte de seus atores diante de qualquer sinalização de mudança de rumo da política econômica.

Este poder da fração bancário-financeira estava fundamentado numa nova dependência, que não tinha mais que ver com aquela do modelo de desenvolvimento dependente-associado que FHC havia teorizado nos anos 1970 e que, ainda que de forma dependente, permitia ao País vislumbrar o desenvolvimento econômico – a dependência tecnológica e financeira do processo de industrialização, alicerçada politicamente em uma aliança entre as elites estrangeiras e parte das elites domésticas e outros grupos favoráveis à modernização da estrutura produtiva. A dependência que contava agora era a dos fluxos de capital volátil, fundamentais para manter a estabilidade do arranjo macroeconômico então vigente: conter a inflação pela âncora cambial, ou





seja, mantendo a taxa de câmbio sobrevalorizada para baratear as importações.

Não à toa, às vésperas da eleição presidencial de 2002, George Soros, o bilionário representante do capital financeiro internacional, disse que se Lula fosse eleito, seria o caos. É sintomático desta hegemonia do setor financeiro que, em 1989, tivesse sido um industrial da Fiesp, Mário Amato, quem disse que os empresários abandonariam o Brasil se Lula fosse eleito e, em 2002, tenha sido um representante da banca internacional a fazer o mesmo tipo de terrorismo eleitoral.

É impossível compreender a mudança na postura do PT na presidência sem levar em conta a nova dependência na qual a economia brasileira foi lançada, que havia se iniciado com a abertura de Collor e que se consolida no governo de FHC. Para além do que poderiam dizer os indicadores econômicos, a “herança maldita” que o governo FHC deixou para Lula tinha uma base sociológica e política, assentada na hegemonia da banca no interior do bloco no poder. Hegemonia que, por sua vez, era garantida pela dependência financeira do País ante os fluxos internacionais de capital de curto prazo.

O fato é que essa dependência prevaleceu durante os anos iniciais do governo Lula. Frente à situação paradoxal, do ponto de vista da esquerda, em que então se colocou o governo de Lula em seus primeiros anos, muitos defenderam que não havia outra saída, dada esta “herança maldita”. Outros aderiram ao discurso dominante e chegaram a dizer que as posições históricas do PT sobre a condução da política econômica estavam erradas. E um terceiro grupo defendeu que com a vitória de Lula havia espaço e capital político para uma mudança na política econômica, ansiando por uma guinada de viés, mais condizente com as ideias originais do Partido, que continham críticas severas aos princípios e à política econômica neoliberal de FHC. Mas o fato é que se optou pela linha de menor resistência contra os interesses estabelecidos, permanecendo a fração bancário-financeira com sua hegemonia no interior do bloco no poder.



O governo Lula se inicia então com um viés conservador no campo da política macroeconômica, buscando imprimir mudanças e sua marca de esquerda por meio da ampliação da agenda social, com programas como o Bolsa Família, bem como com a elevação real do salário mínimo, forçando uma melhoria da distribuição de renda.

Uma maior flexibilização da política fiscal começa a ocorrer a partir do final do primeiro mandato de Lula, especialmente após a substituição do ministro da Fazenda Antonio Palocci, em 2005, que havia sido o grande fiador de Lula diante da elite econômica e em especial do mercado financeiro. A “ala desenvolvimentista” do governo começa a ganhar espaço, abrindo caminho para uma política fiscal mais preocupada com a aceleração do crescimento e com a distribuição da renda, com aceleração dos gastos sociais e uma política de elevação do salário mínimo.

Outra medida nesta direção foi o lançamento do PAC, no início do segundo mandato de Lula, apesar das críticas de agentes do mercado financeiro de que os gastos do programa representariam ameaça à meta fiscal. Mas é com a crise internacional de 2008 que a política macroeconômica começa a mudar mais rapidamente. Um conjunto de estímulos como redução de juros, expansão do crédito dos bancos públicos e do crédito habitacional pelo programa Minha Casa Minha Vida, continuidade da elevação real do salário mínimo e dos investimentos públicos planejados no âmbito do PAC e redução da meta de superávit primário, permitiu que a economia brasileira se recuperasse da crise mais rapidamente que vários outros países, e após uma leve queda de 0,2% do PIB em 2009, auge da crise no Brasil, cresceu 7,5% em 2010, último ano do presidente Lula, com manutenção da renda e do emprego.

No governo Dilma, os sinais de enfraquecimento da hegemonia desta fração ficam ainda mais claros, com medidas de enfrentamento direto por parte do governo. A partir de agosto de 2011, o Banco Central inicia uma trajetória de queda da taxa Selic, até atingir o patamar de 7,25%, com a taxa de juros real chegando à casa dos 2% em 2012, sob críticas do mercado fi-





nanceiro e aplausos dos representantes do setor produtivo e dos trabalhadores. Além disso, vendo que a queda da Selic não estava sendo repassada aos consumidores de crédito, em maio de 2012 a presidenta dá ordem expressa aos bancos públicos para reduzir suas taxas de juros e forçar a redução dos spreads bancários, que estavam entre os mais altos do mundo. Estas medidas de enfrentamento seriam impensáveis alguns anos antes.

Pode-se dizer que a situação de dependência financeira e de hegemonia da fração bancário-financeira no bloco no poder, consolidada no governo FHC, prevaleceu no primeiro mandato do presidente Lula, levando a uma situação ambígua para o governo do PT e a acusação de que o partido havia se convertido ao neoliberalismo, que André Singer descreveu bem como “as duas almas do Partido dos Trabalhadores”. Esta hegemonia, entretanto, que possibilitava que esta fração determinasse os rumos da política econômica, ancorada no sucesso ideológico de seu discurso, abraçado incondicionalmente pela mídia, bem como na constante chantagem das fugas de capital, foi sendo minada ao longo do segundo mandato de Lula e especialmente após a crise internacional.

Esta paulatina perda de influência se deu, até 2008, pela situação internacional favorável (calmaria nos mercados financeiros internacionais e elevação dos preços das commodities exportadas pelo Brasil) e pela estratégia do governo de acúmulo de reservas internacionais. Após a crise internacional de 2008, continuou a redução da influência e perda da hegemonia dessa fração de classe. A reversão do padrão dos fluxos de capital que, nas crises anteriores, originadas nos “mercados emergentes”, tendiam a fugir abruptamente dos países periféricos em direção ao dólar, e nesta crise fizeram o caminho inverso, permitiu que o Brasil pudesse fazer uso de uma política macroeconômica expansionista para incentivar a atividade econômica, com reduções substantivas da taxa de juros e expansão fiscal, a contragosto dos representantes do sistema financeiro. O governo Dilma consolidaria esta perda da hegemonia, cujo momento mais simbólico foi o discurso da presidenta no 1.º de maio de 2012, Dia do Traba-



lhador, anunciando em cadeia nacional que os bancos públicos iam travar uma batalha pela redução dos spreads bancários.

Apesar de perder o apoio da fração bancário-financeira, a presidenta conseguiu manter o apoio de parte do empresariado, com medidas de desoneração no âmbito do Plano Brasil Maior e a expansão do crédito ao setor produtivo com o BNDES. E ainda mais importante, manteve o apoio de amplos segmentos populares, fenômeno que André Singer chamou de “lulismo”, qual seja, o apoio, com o qual passou a contar o presidente Lula na sua reeleição, dos setores mais desfavorecidos, graças principalmente às políticas distributivas de elevação de salário mínimo e de redução da pobreza, bem como ao sustentado aumento da renda, do crédito e do consumo, com a inclusão de dezenas de milhões de pessoas na chamada classe C. A força eleitoral deste grupo se mostrou decisiva, como bem aponta Singer, tanto na reeleição de Lula em 2006 – quando, pela primeira vez, o PT consegue vencer nestas camadas que tradicionalmente eram reduto do voto conservador – como na eleição de Dilma em 2010.

Até junho de 2013, a alta popularidade da presidenta Dilma parecia indicar que esta parcela da população, incluindo os que haviam ascendido para a classe C, permaneceriam dando apoio a ela na reeleição em 2014. Após as manifestações de junho, entretanto, o apoio a Dilma caiu bruscamente mesmo neste segmento e não se recuperou. Não é objetivo deste artigo tratar do impacto das manifestações na avaliação do governo Dilma, mas parece que foi decisivo o sucesso tanto da mídia como da oposição em criar um clima de pessimismo e fazer a população acreditar que os diversos problemas levantados nas manifestações (transporte, saúde, educação, moradia, corrupção) teriam começado com o governo do PT, quando na verdade são problemas históricos do País que o partido estava contribuindo para enfrentar.

A presidenta também perdeu apoio em parcela do empresariado, ligada aos setores de infraestrutura, após os desgastes com a tentativa de limitar a taxa de retorno das concessões, o que segundo os críticos teria levado aos atrasos nos investimentos.



Por último, mas não o menos importante, a presidenta também tem a seu desfavor a oposição aberta de vários veículos da grande mídia televisiva, digital e impressa, que tem feito coro com os representantes do mercado financeiro na crítica, pela direita (com viés liberal e antidesenvolvimentista), à condução da política econômica.

Assim, a fração bancário-financeira do capital, a grande mídia e parte do empresariado passaram a se alinhar com as duas candidaturas de oposição. Além disso, como já apontado, parte do eleitorado de baixa renda de 2006 e 2010, que estava alinhada ao PT no fenômeno que Singer chamou de lulismo, e inclusive a parcela que ascendeu à chamada classe C, deixou de apoiar a presidenta após as manifestações de junho de 2013, influenciada pela habilidade com a qual a oposição e a grande mídia conseguiram usar as manifestações e canalizar a insatisfação e os anseios da população contra o governo federal.

O pacto social que Lula construiu, possibilitando avanços econômicos e sociais sem entrar em confronto direto com as elites, em especial sem confrontar diretamente a hegemonia da fração bancário-financeira, sofreu significativas fissuras durante o governo Dilma.

A fração bancário-financeira, confrontada diretamente pela presidenta, seja na redução da Selic, seja na redução à força dos spreads a partir da atuação dos bancos públicos, já escolheu seu lado na disputa presidencial, passando a apoiar o candidato da oposição, Aécio Neves, e ao que parece também Marina Silva, que subiu rapidamente nas intenções de voto após a trágica morte de Eduardo Campos e já acenou para o mercado financeiro com a autonomia do Banco Central, velha bandeira desses interesses. Aécio, assim como Marina, trouxeram de volta para a linha de frente da defesa de seu programa econômico, e para o ataque à política econômica do governo Dilma, alguns dos economistas ligados ao comando da economia durante o governo FHC, muitos dos quais ocupam hoje postos muito bem remunerados no mercado financeiro.

Este é o quadro que se formou para as eleições de 2014. Temos basicamente dois projetos em disputa. Um é a continuidade de uma proposta que, se não avançou no ritmo desejado pelos mais



exigentes e necessário para resolver nosso enorme abismo social, conseguiu obter importantes avanços em termos de crescimento econômico e inclusão social, e poderia seguir avançando com a continuidade das políticas de distribuição de renda e com uma política macroeconômica voltada para o desenvolvimento, incluindo a forte retomada dos investimentos públicos, uma política industrial mais ousada e o resgate da capacidade de planejamento estratégico por parte do Estado.

O outro projeto, seja pela via Aécio, seja pela via Marina, representa uma volta a um passado que foi enterrado nas urnas em 2002, caracterizado por uma política econômica liberal-conservadora, com o desmonte das estruturas de planejamento do desenvolvimento, políticas de juros reais elevados, conservadorismo no combate à inflação, elevado desemprego e baixo crescimento. Representa ainda o retorno da submissão da política econômica aos interesses do mercado financeiro doméstico e internacional, o que indica a provável volta da fração bancário-financeira à condição de fração hegemônica no interior do bloco no poder e retrocesso a um padrão rentista de acumulação que representa um entrave ao desenvolvimento econômico.

O voto dos mais desfavorecidos será decisivo no resultado das eleições, como nas duas últimas, nas quais eles estiveram alinhados aos candidatos do PT. Tudo vai depender da capacidade de a candidatura de Dilma mostrar que a continuidade da melhora do padrão de vida destes milhões que ascenderam à classe C, bem como a inclusão dos muitos que ainda precisam ser incluídos, depende não de uma mudança de projeto – especialmente da volta à política econômica desastrosa dos anos FHC – mas da continuidade e aprofundamento das políticas sociais e distributivas e da política macroeconômica voltada para o desenvolvimento.





OS TENTÁCULOS INVISÍVEIS DO CAPITAL FINANCEIRO

Cândido Grzybowski*

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Os-tentaculos-invisiveis-do-capital-financeiro/4/31755>

Estamos vivendo um momento cheio de incertezas, mal estar, insatisfações generalizadas. As contradições são mais sentidas no cotidiano do que entendidas. Algo invisível parece regular nosso destino e não as instituições democráticas que temos. É uma conjuntura de ventos que sopram para cá e para lá, criando ainda mais confusão. Como olhar o que está por trás de tudo isto?

Meu ponto de vista – como todos, aliás, tenho o meu, mas nem todos o põem às claras – é de um filósofo e sociólogo político. Como dirigente de organização de cidadania ativa, o Ibase, assume publicamente meu ativismo cidadão de modo radical, não partidário, mas parte da esquerda democrática existente no mundo.

Por isto mesmo, participei ativa e organicamente do processo Fórum Social Mundial na primeira década do século XXI, uma verdadeira “usina de ideias” para pensar e gestar movimentos de cidadania planetária contestatários da globalização neoliberal, imaginando e se

(*) Sociólogo, diretor do Ibase.



engajando por “outros mundos possíveis”. O Fórum Social Mundial surgiu num momento como este, de grande mal estar e frustrações.

Tenho certeza que o melhor do FSM foi criar esperança e, de fato, abrir espaço para alternativas num mundo dominado pela dominação das corporações econômicas e financeiras e do ideário neoliberal, visível no Fórum Econômico Mundial, de Davos.

O fato é que, através do FSM, conseguimos denunciar as mazelas da globalização neoliberal, mas não foi suficiente para criar algo como uma onda irresistível de mudanças. A grande crise de 2008 foi gestada pelas contradições do próprio sistema capitalista financeiro dominante. Seu desdobramento, porém, não mudou os fundamentos intrínsecos do domínio financeiro neoliberal. Continuamos sob os tentáculos invisíveis do capital financeiro global, longe do controle político. Aliás, até pelo contrário, estamos sob governos que atendem os ditames do capital financeiro e até o socorrem. Quantos bilhões foram gastos, não para salvar gente da crise, mas para salvar um sistema financeiro corroído pelo câncer de sua própria ganância de extrair e acumular mais e mais valor, como o socorro nos EUA, após a quebra do Lemon Brothers.

Bem, num mundo desestabilizado pela grande crise de 2008, continuamos sendo controlados pelos tentáculos invisíveis do capital financeiro global. Hoje, governos eleitos democraticamente dependem mais da nota de agências avaliadoras de risco para o capital especulativo – que ninguém elegeu e nem sabe direito quem definiu os critérios – do que do desejo de cidadãos. O caso da Grécia, Portugal, Irlanda e até Itália e França é exemplar. Só a pequena Islândia disse não e criou um outro governo, mas ela é apenas uma migalha na ponta do polvo financeiro que nos domina.

Como avaliar este quadro de um ponto de vista democrático? Tenho uma grande certeza: não pode ser no modo de Angela Merkel, a primeira ministra da Alemanha. Ela afirma que a Alemanha se sai bem pois tem uma democracia adequada ao mercado. Mas, não seria o mercado que deveria se adequar à democracia? Quem é este invisível mercado que domina até a democracia? Bem, aqui estamos diante do que propunham e fi-





zeram estadistas de porte Reagan e Thatcher, os grandes e truculentos construtores da globalização neoliberal, com radical concentração de recursos nas mãos dos proprietários de capital. O filósofo e sociólogo Habermas disse que Merkel era uma mistura suave dos dois..., praticante de um neoliberalismo chamado de democracia adequada aos ditames do mercado. Tal pensamento alimenta o ressurgimento de movimentos políticos nacionalistas, fascistas e xenofóbicos, que põem em risco a própria construção de um Europa solidária entre os povos que a compõem.

Surgiram, sim, movimentos importantes contestando isto tudo. Lembro aqui o dos “occupy” e o dos “indignados”. Eles adotaram como mote contestar o “1%” que nos domina. São movimentos simbólicos, mas que fazem pensar. O economista francês Piketty, com seu livro sobre a riqueza, acaba de criar argumentos fortes ao mostrar que a riqueza dos “1%” cresce a uma taxa bem maior do que o PIB dos países. E ele concluiu isto estudando uns 30 países durante um século. Ou seja, vivemos e trabalhamos para satisfazer as ganâncias dos detentores de capital. A tese de Piketty desmonta, de maneira fundamentada, uma das tais verdades verdadeiras da própria ciência econômica a serviço do neoliberalismo.

Mas, por que nada muda? Numa resposta curta e simples, diria que o mundo não muda porque a cidadania ativa, lá onde vivemos, num Planeta diverso ecológica e humanamente, não conseguiu criar pensamentos alternativos suficientemente convincentes e fortes que colem na vida das gentes, no senso comum, com poder mobilizador irresistível e poder político suficiente para tudo mudar. O inimigo financeiro é grande, poderoso e invisível. Nossos Estados, nossos Parlamentos e o meio intelectual e político das ideias e projetos é dominado pelo capital financeiro.

Como parte de um coletivo planetário embrionário, verdadeiro exército de Brancaleone, tenho pregado por onde ando que precisamos libertar nossas próprias mentes do domínio neoliberal. Sim, não tenho dúvidas, o senso comum e até nossas cabeças pensantes são colonizadas pelo ideário que emana do livre



mercado, pelo seu pensamento econômico que diz não existem alternativas a ele. A economia se mercantilizou radicalmente, as sociedades e a política se mercantilizaram e se financeirizaram. Este é o segredo do domínio da capital financeiro global, sem identidade, sem alma, sem nacionalismo, simplesmente global, presente em tudo, no cotidiano, no trabalho, na TV, nos jornais, nas conversas no bar. Vamos ao supermercado e nem pesamos que o que compramos como utilidade é um valor sujeito a especulação. Usamos o cartão para pagar com normalidade, sem pensar que um percentual embutido no preço é a taxa do capital financeiro. Vivemos enclausurados pelo capital financeiro.

Desfazer isto não é fácil. Tenho certeza que se o mal estar, insatisfações e incertezas presentes na nossa conjuntura fossem associadas ao capital financeiro global, presente em nosso cotidiano, abrir-se-iam enormes possibilidades para a cidadania agir. Afinal, como gosto de lembrar, instituintes e constituintes, em última análise, somos nós, cidadãs e cidadãos. Mas para isto precisamos nos conscientizar, organizar e agir. O primeiro passo para isto precisa ser dado. Isto só acontece se desvendamos os tentáculos que dominam as estruturas de poder, até nossos sonhos e desejos.

Às vezes, me pergunto se falo de algo fora da realidade. Lembro aqui do processo do FSM que me levou a sentar numa mesa de debates, por duas vezes, com o mega especulador financeiro Soros. O primeiro encontro, entre uns 20 participantes convocados por Chirac, discutimos a posição francesa contra a intervenção americana no Iraque. A segunda, por ocasião do prêmio Nobel para Stiglitz, foi num debate da televisão sueca, entre Stiglitz, Amartya Sen, Susan George, Soros e eu, algo meio surreal. Soros foi, para nós do Fórum, símbolo emblemático da globalização neoliberal. Ao mesmo tempo, sei que ele é um grande financiador da filantropia. Foi o maior apoio humanitário às vítimas do furacão Catarina, que destruiu parte de New Orleans. A última doação de que tenho notícias foi de 100 milhões de dólares para Human Watch. Mas financiou abertamente a oposição ame-





ricana contra o bando de Busch. Homem afável e direto, ele não esconde que seu papel como financista, era especular e ganhar dinheiro. Na sua visão, o que faltava era regulação do Estado e não mais mercado. Mas por que não põem toda sua especulativa fortuna a serviço da cidadania e da mudança?

Lembro estes fatos para trazer aqui a resposta de todos a uma questão que fiz no debate em Estocolmo, talvez a única inteligente, sobre um dos fundamentos do pensamento econômico neoliberal. Meio como contador de contas caseiras, perguntei como se pregava e se avaliava a saúde dos países pelo seu superávit nas exportações, se superávits de uns supunham déficits de outros. Ou seja, em termos globais, como os neoliberais pregam, para uns poucos ganharem muitos tem que perder. Todos concordaram na falsidade do argumento neoliberal, no seu poder em subjugar políticas de governos. Por que então seguimos aceitando tal fundamento como verdade?

Voltemos à nossa realidade cotidiana. A gente não está associando o nosso mal estar, insatisfações e indignações ao domínio que o capital financeiro exerce em nossas vidas. Pior, não parece haver contestação de tal domínio à esquerda e muito menos à direita do nosso espectro político. Os tais “fundamentos econômicos”, que incluem não controlar o poder decisório autoritário do Banco Central, são unanimidade. Quando entram no debate político é somente sobre o quanto de liberdade vai ser dado ao capital financeiro, em última análise. Será que a nossa grande questão, tipo de sociedade democrática, participativa e sustentável em termos socioambientais que queremos ser, depende do quanto fiéis seremos aos tentáculos invisíveis do capital financeiro que nos domina? Como esta questão não está nos debates políticos, concluo reconhecendo que não está perto uma mudança de fato em nossa política, com a cidadania impondo um movimento irresistível de buscar no aqui e agora a construção de caminhos de transformação, que nos libertem do domínio do capital financeiro sem rosto.





A DINÂMICA FINANCEIRA DA ERA NEOLIBERAL¹

Luiz Gonzaga Belluzzo*

<<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-proezas-da-financa-capitalista/4/31811>>

A regulamentação financeira da era neoliberal permitiu que fossem apagadas as fronteiras demarcadas depois da crise dos anos 1930 entre bancos comerciais, bancos de investimento, seguradoras e instituições de poupança (as savings and loans). Transformados agora em supermercados financeiros, os bancos cuidaram de avançar na “securitização” de créditos e se envolver no financiamento de posições nos mercados de capitais e em operações “fora do balanço” que envolvem a criação de bancos sombra. Isto suscitou a espiral de alavancagem e a crescente interpenetração de relações de débito e crédito na “cadeia alimentar” da finança.

O avanço dessas inter-relações foi respaldado pela expansão do mercado interbancário global e pelo aperfeiçoamento dos sistemas de pagamentos. Os bancos de investimento e os demais bancos sombra aproximaram-se das funções monetárias dos bancos comerciais, abastecendo seus passivos nos “merca-

1. Este artigo é uma síntese dos trabalhos recentes já publicados.

* Luiz Gonzaga Belluzzo é economista e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



dos atacadistas de dinheiro” (wholesale money markets), amparados nas aplicações de curto prazo de empresas e famílias. Nos anos 2000 a dívida intrafinanceira como proporção do PIB americano cresceu mais rapidamente do que o endividamento das famílias e das empresas.

A interpenetração financeira suscitou a diversificação dos ativos à escala global e, assim, impôs a “internacionalização” das carteiras dos administradores da riqueza. Os Estados Unidos, beneficiados pela capacidade de atração de seu mercado financeiro amplo e profundo, absorveram desde meados dos anos 1980 até a crise de 2008 um volume de capitais externos que superou com sobras os déficits acumulados em conta corrente.

Em um mundo em que prevalece a mobilidade de capitais, a determinação não vai do déficit em conta corrente para a “poupança externa”. No epicentro das transformações das últimas décadas está o crescimento excepcional dos fluxos brutos de capital destinados aos Estados Unidos e intermediados, sobretudo pelos bancos europeus. Isso significa que as mudanças nas relações de débito e crédito e, portanto, nos patrimônios de bancos, empresas e famílias foram muito mais intensas do que as refletidas no déficit em conta corrente.

A chamada “poupança externa” é uma ilusão contábil que esconde as relações de determinação macroeconômica: o movimento vai dos fluxos brutos de capitais para a expansão do crédito aos consumidores americanos, cujo gasto gera o déficit em conta corrente. No âmbito das novas relações “sino-americanas”, o circuito gasto-produção-renda-consumo pode ser apresentado da seguinte forma estilizada: fluxo bruto de capitais – expansão do crédito doméstico nos Estados Unidos – aceleração do gasto dos consumidores americanos – geração adicional de emprego e renda na China emergente – superávit comercial chinês amparado na exportação de manufaturas – acumulação de reservas (poupança financeira) – “financiamento final” do déficit americano em conta corrente.





As inovações financeiras e a integração global das instituições de crédito promovem a exuberância do financiamento ao consumo das famílias que se entregam ao endividamento temerário. E, obviamente, a deterioração da qualidade dos balanços das instituições financeiras e das famílias devedoras. É esse “arranjo” que gera o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos e não o contrário.

O movimento de capitais irrigou o mercado financeiro americano e permitiu a manutenção de baixas taxas de juros nos títulos de longo prazo. A oferta de fundos baratos foi importante para financiar a metástase produtiva da grande empresa americana, europeia e japonesa para o Pacífico dos pequenos tigres e novos dragões.

As novas manufaturas são produzidas no espaço econômico construído pelos asiáticos em torno da “grande montadora chinesa”. A enorme reserva de mão de obra, câmbio desvalorizado e abundância de investimento direto estrangeiro permitem à China estabelecer uma divisão do trabalho virtuosa com seus vizinhos. Ao mesmo tempo, o deslocamento das filiais americanas, europeias e japonesas em busca do global-sourcing obriga a economia nacional americana a ampliar o seu grau de abertura comercial e a gerar um déficit comercial crescente. Torna-se incontornável acomodar a expansão manufatureira e comercial dos novos parceiros, produzida em grande parte, mas não exclusivamente, pelo deslocamento do grande capital americano na busca de maior competitividade.

TESOURO E BANCO CENTRAL NA CRISE FINANCEIRA

No período de euforia que antecedeu à crise, bancos comerciais, de investimento, administradores dos fundos de pensão, fundos mútuos, private equity funds, para não falar dos sofisticados fundos de hedge, escaparam às normas de racionalidade e aos critérios de avaliação de risco. Sucumbiram, na verdade, às forças im-





personais do mimetismo competitivo, referidas na linguagem vulgar do mercadismo como “comportamento de manada”.

O clima de “confiança”, como de hábito, disseminou o risco sistêmico que os sabichões imaginavam ter afastado com a utilização de derivativos. Nos últimos anos, a redução da volatilidade nos preços dos ativos e das moedas e a maior liquidez ensejaram a exasperação da “alavancagem”, desde os consumidores endoidecidos até os hedge funds escorados nas facilidades crédito bancário barato.

Eis aí o paradoxo crucial da finança contemporânea: a “centralização privada” da moeda e crédito nas instituições “grandes demais para falir” alastrou – na esteira da integração global dos mercados financeiros – o processo competitivo de geração e distribuição de ativos lastreados em créditos imobiliários – asset backed securities - cuja precificação enigmática foi chancelada pelas famigeradas Agências de Classificação de Riscos.

A euforia gerou o colapso. Quando a roda da fortuna gira em falso, a derrocada dos preços dos ativos impõe a “centralização” estatal, única providência capaz de estancar a destruição do crédito e da moeda, ou seja, da infraestrutura do mercado.

Em uma crise financeira, como a que atravessamos, os títulos públicos dos países dominantes revelam sua natureza de “ativos de última instância”, abrigo em que encontra refúgio a angústia que se apodera das almas dos possuidores e controladores privados da riqueza.

A crise foi deflagrada nos Estados Unidos e afetou gravemente seus mercados financeiros. No entanto, o socorro patrocinado pelo Federal Reserve e pelo Tesouro às instituições grandes demais para falir suscitou a “fuga para a qualidade”. Essa sôfrega busca da qualidade denuncia o privilégio exorbitante do país gestor da moeda-reserva e a hierarquia de moedas no sistema internacional.

Até ontem danificados em sua credibilidade por suas próprias façanhas, os “mercados” foram revigorados por formidáveis





injeções de dinheiro, uma espetacular “inflação” de passivos monetários do banco central. A grana foi distribuída generosamente sob uma forma “atípica” de cooperação entre os bancos centrais, outrora independentes e os tesouros nacionais, dantes austeros. Os primeiros abrigaram em seus balanços a escumalha financeira do subprime e adjacências, montaram programas de troca de papéis podres por passivos de sua emissão, ou seja, dinheiro, enquanto os tesouros emitiam títulos públicos para proteger a riqueza privada em estado periclitante.

EPÍLOGO

As relações entre o Político e o Econômico – melhor, entre a Democracia e o Mercado – estão ordenadas de modo a remover quaisquer obstáculos à expansão do “poder privado” da finança.

Os grandes bancos internacionalizados, sobretudo os bancos americanos, cuidaram de administrar à escala global a rede de relações débito-crédito. Assim, impuseram condições à gestão fiscal dos Estados Nacionais. Ao comandar a circulação de capitais entre as praças financeiras tornaram-se senhores dos “fundamentos econômicos” com poder de afetar a formação das taxas de juro e de câmbio. Esta submissão dos Estados aos ditames da finança globalizada foi acompanhada de mudanças na estrutura da propriedade e da concorrência, ou seja, os grandes bancos financiaram e organizaram o jogo da concentração patrimonial e produtiva.

Esse processo levou consigo a apropriação da “racionalidade econômica” pelos senhores da finança. As decisões que outrora, no imediato pós-guerra, couberam às instâncias da política democrática passaram ao comando dos “mercados eficientes”.

Os cuidados típicos da era anterior, a da “repressão financeira”, estavam voltados, sobretudo para a atenuação da instabilidade dos mercados de negociação dos títulos representativos de direitos sobre a riqueza e a renda. As políticas monetárias e de



crédito eram orientadas no sentido de garantir condições favoráveis ao financiamento do gasto produtivo, público ou privado, e atenuar os efeitos da valorização fictícia da riqueza sobre as decisões de gasto corrente e de investimento da classe capitalista. Tratava-se de evitar ciclos de valorização excessiva e desvalorizações catastróficas dos estoques da riqueza financeira já existente.

O sociólogo e economista Wolfgang Streek, diretor do Instituto Max Plank, aponta a origem da “transferência de poder” na estagnação dos anos 1970. Neste momento, o arranjo social e econômico das décadas anteriores foi desmanchado em nome da remoção dos entraves à livre operação dos mercados.

A transição, diz Streek, configurou “a passagem do Estado Fiscal para o Estado da Dívida e, finalmente, para o atual Estado de Austeridade. As causas dessas mudanças foram as novas oportunidades de evasão fiscal aliadas à extorsão de isenções de impostos, vantagens oferecidas às grandes empresas e aos endinheirados pela globalização financeira. As tentativas de reduzir os déficits fiscais apoiaram-se quase exclusivamente no corte de despesas – sobretudo na seguridade social, na educação e na infraestrutura física. Os ganhos de renda correram para a camada superior, aquela que abriga os felizardos 1% da pirâmide distributiva. Nessa toada, a dimensão pública das economias capitalistas capitulou, não raro dramaticamente, diante do poder e da mobilidade da riqueza oligárquica”.

Os mercados financeiros, lograram capturar os controles da economia e do Estado, mediante o aumento do seu poder social. A nova finança e sua lógica notabilizaram-se por sua capacidade de impor vetos às políticas macroeconômicas, mesmo quando se revelam incapazes de curar suas próprias mazelas. A despeito do socorro prestado pelos Bancos Centrais às suas imprudências e incompetências, do desemprego e da desigualdade escandalosa, as ações dos governos sofrem fortes resistências das casamatas instaladas nos quartéis da finança contemporânea. A globalização ao tornar mais livre o espaço





de circulação da riqueza e da renda dos grupos privilegiados, desarticulou a velha base tributária na qual prevaleciam os impostos diretos sobre a renda e a riqueza.

A ação do Estado, particularmente sua prerrogativa fiscal, é contestada, ademais, pelo intenso processo de homogeneização ideológica de celebração do individualismo que se opõe a qualquer interferência no processo de diferenciação da riqueza, da renda e do consumo efetuado através do mercado capitalista.





O livro *A Internacional do Capital Financeiro* foi impresso pela Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 3.000 exemplares. O texto foi composto em Berkeley no corpo 11/13,9. A capa foi impressa em papel Supremo 250g; o miolo foi impresso em papel pólen soft 80g.

